

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CABO VERDE (ÁFRICA
EXTREMO-OCIDENTAL): 1985 A 2000.**

ANEMARIE RECH

Florianópolis, Abril de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CABO VERDE (ÁFRICA
EXTREMO-OCIDENTAL): 1985 A 2000.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420.

Por: Anemarie Rech

Orientadora: Márcia Machado

Área de pesquisa: Desenvolvimento Socio-Econômico

Palavras-chaves: • Índices de Desenvolvimento

- Teoria de Desenvolvimento Econômico
- Cabo Verde (África Extremo-Occidental)

Florianópolis, Abril de 2002.


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 (oito vírgula cinco) a aluna **Anemarie Rech**, na disciplina CNM5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

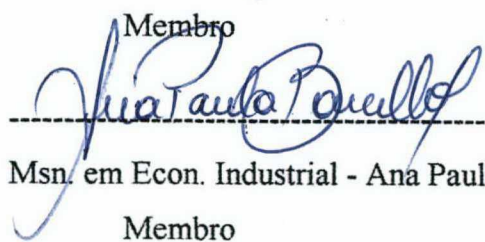
Banca Examinadora:



Prof. Dr.ª Márcia Machado
Presidente



Prof. Dr. João Serafim Tusi da Silveira
Membro



Msn. em Econ. Industrial - Ana Paula Barcellos
Membro

Para Mário António e Luiza
Antônia pelo amor e carinho e pela
paciência. Para meus pais e irmãs.
À professora Márcia, pelo apoio e
orientação fundamentais para a
realização deste trabalho. Para
meus sogros, minha cunhada e
Edmilson. E para todos aqueles que
de alguma forma contribuíram para
a realização deste sonho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTAS DE QUADROS	viii
LISTA DE ANEXOS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	x
RESUMO	xix

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	1
1.2. OBJETIVOS	3
1.2.1. Geral	3
1.2.2. Específicos	3
1.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	4

CAPÍTULO II

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	7
2.1. UM POUCO DA HISTÓRIA CABOVERDIANA	7
2.2. DADOS GEOGRÁFICOS	9
2.3. FORMA DE GOVERNO	12
2.4. A SÓCIO-ECONOMIA CABOVERDIANA	13

CAPÍTULO III

3. QUADRO TEÓRICO-ANALÍTICO	15
3.1. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
3.1.1. O Desenvolvimento nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos	16
3.2. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM SCHUMPETER	17
3.3. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
3.3.1. As dimensões do Desenvolvimento Sustentável	23
3.4. OS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL	24

CAPÍTULO IV

4. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE	27
4.1. INTRODUÇÃO	27
4.2. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE	27
4.2.1. Indicador do requisito A: a renda <i>per capita</i>	28
4.2.2. Indicadores do requisito B: Coeficiente de Gini e Curvas de Lorenz	32
4.2.3. Índice do requisito C: o IDS	35
4.2.4. Índice do requisito D: o IDA	41
4.3. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE, SOB A ÓTICA SCHUMPETERIANA	44

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO	52
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXOS	

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Cabo Verde	10
Figura 2: Composição da População Caboverdiana para o ano de 1996	11
Figura 3: Comportamento da Renda <i>Per Capita</i> caboverdiana	29
Figura 4: Comportamento do Grau de Concentração da Renda de Cabo Verde (Curvas de Lorenz) – 1985 e 1998	33

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Critérios para classificação de desempenho econômico (de economias subdesenvolvidas)	5
Quadro 2: PIB e População de Cabo Verde, 1985-2000	30
Quadro 3: Comportamento e Desempenho da Renda <i>Per Capita</i> cabo-verdiana	31
Quadro 4: Classes de Renda em Cabo Verde - 1985	34
Quadro 5: Classes de Renda em Cabo Verde - 1998	34
Quadro 6: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Social em 1998 (Cabo Verde x Melhor e Pior do Mundo)	36
Quadro 7: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Social em 1998 (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa x Melhor e Pior do Mundo)	37
Quadro 8: Taxa de Analfabetismo no Meio Rural em Cabo Verde - 2000	39
Quadro 9: Taxa de Analfabetismo no Meio Urbano em Cabo Verde - 2000	40
Quadro 10: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Ambiental em 1998 (Cabo Verde x Melhor e Pior do Mundo)	42
Quadro 11: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Ambiental em 1998 (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa x Melhor e Pior do Mundo)	42
Quadro 12: Número total de empresas, de empresas industriais e de postos de trabalhos gerados pelas empresas industriais em Cabo Verde de 1990 à 2000	49

LISTA DE ANEXOS

- Anexo A: Cálculo da Renda *Per Capita* de 1985-2000; dos Números-Índices do PIB, da POP e da Renda Per Capita (1991=100); da Taxa de Crescimento da Renda *Per Capita* (%) e Desempenho Econômico Caboverdiano de 1986-2000
- Anexo B: Cálculo do Coeficiente de Gini para os anos de 1985 e 1998
- Anexo C: Dados do Cálculo do Coeficiente de Gini (1985 e 1998) para Figura 4
- Anexo D: Dados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Social – 1998
- Anexo E: Dados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Ambiental – 1998 e Dados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Social e Ambiental - 1998

LISTAS DE ABREVIATURAS

ATR: Avião de médio porte

CMMAD: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland)

FAIMO: Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

GSM: sistema de comunicação utilizado para telefonia celular

IDA: Índice de Desenvolvimento Ambiental

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDS: Índice de Desenvolvimento Social

IDSA: Índice de Desenvolvimento Social e Ambiental

INE: Instituto Nacional de Estatísticas (de Cabo Verde)

IUCN: União Internacional para a Conservação da Natureza

MPD: Movimento Para a Democracia

ONU: Organização das Nações Unidas

PAICV: Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PCD: Partido da Convergência Democrática

PIB: Produto Interno Bruto

PNB: Produto Nacional Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRD: Partido de Renovação Democrática

PSD: Partido Social Democrático

UCID: União Caboverdiana Independente e Democrática

USB: Unidade de Saúde Básica

WWF: World Wide Fund

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento econômico e sustentável em Cabo Verde (África Extremo-Occidental) no período de 1985 à 2000. Primeiramente, realizou-se a caracterização da área de estudo. Após isso, fez-se uma revisão teórica dos conceitos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento econômico na abordagem de Schumpeter.

Como elementos indicadores práticos da teoria estudada, utilizou-se o estudo da evolução da renda per capita, o coeficiente de Gini e as Curvas de Lorenz, para medir o grau de concentração de renda caboverdiana (1985-2000). Além destes, fez-se uso dos índices de desenvolvimento social e ambiental para o ano de 1998. Com a finalidade de comprovar que Cabo Verde é o país mais desenvolvido de toda África Extremo-Occidental.

O Estado, desde sua independência, agiu como “empresário inovador” – visão schumpeteriana – e fomentador dos investimentos em determinados setores (indústria de pescado, telecomunicações, transportes aéreos e marítimos, ...). Todavia, a partir dos anos 90, a entrada de investidores privados (nacionais e estrangeiros) na economia de Cabo Verde, transformou esse quadro: o setor privado tornou-se o principal gerador dos novos postos de trabalho e a função do Estado foi restringida passando a Estado mínimo.

Cabo Verde durante a década de 90, conheceu um significativo desenvolvimento econômico, político e social devido às transformações geradas pelo governo em conjunto com a iniciativa privada.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

1.1. FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

No período de 1950 a 1970, o conceito de Desenvolvimento Econômico estava ligado a ótica desenvolvimentista, a qual predominava especialmente nas economias subdesenvolvidas. Esse conceito parte do seguinte: para o crescimento de uma economia ser contínuo, é necessário que se realizem mudanças na estrutura dessa economia e também observam-se taxas de produtividade elevadas.

Em relação ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, este procura enfocar as questões ambientais, além de considerar as dimensões sociais, econômicas, espaciais e culturais. Representa, hoje, o novo paradigma político-científico orientador de estudos e planos de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental.

Assim, estes dois conceitos representam, atualmente, a base de estudos de evolução social que analisam uma série histórica ou a tendência desta evolução.

Segundo Rodrigues (1993, p.45), a “existência de métodos adequados para a mensuração do desenvolvimento social é de fundamental importância para a avaliação das políticas de governo, em termos de promoção do bem-estar social”.

Também é importante que ocorra uma integração entre fatores econômicos, sociais e ambientais, afim de que se garanta uma coerência entre "planos, políticas e instrumentos das políticas setoriais, econômicas, sociais e ambientais, inclusive as medidas fiscais e o orçamento, nos diversos níveis de atuação" (Agenda 21 apud Barbieri, 1998, p.98).

Por isso, esse trabalho se propõe a demonstrar, combinando as formas teórica-analítica e prática (via aplicação matemática), a importância e necessidade da inter-relação constante entre sociedade e meio ambiente, já que ambos se afetam mutuamente, isto é, cada ação tomada na sociedade tem uma reação no meio ambiente e vice-versa.

Para objeto do estudo prático do índice de desenvolvimento social e ambiental (IDSA) foi escolhido o país, Cabo Verde. Localizado na África Extremo-Occidental, abrange 9 (nove) ilhas habitadas, 1 (uma) ilha não-habitada e 8 (oito) ilhéus*. Trata-se de um país que, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), possui um grau de desenvolvimento humano médio, portanto, acima dos demais países localizados na África Extremo-Occidental (Guiné, Guiné-Bissau, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa e Senegal), estes considerados de um baixo grau de desenvolvimento humano. No decorrer do estudo poder-se-á compreender o porquê dessa situação e quais os fatores determinantes da diferenciação entre os países acima citados.

A economia caboverdiana tem-se sustentado através da agricultura, da atividade pesqueira, turismo e de acordos internacionais que disponibilizam recursos ao país. Esses acordos financiam a construção de estradas, pontes, aeroportos, centros educacionais, importação de bens e produtos que não são produzidos e/ou produzidos em pequenas quantidades no arquipélago, entre outros. Na agricultura são famosos o café e o vinho (Manecom) da Ilha do Fogo. Na atividade pesqueira temos em especial a pesca do atum, o qual é processado e depois de enlatado é exportado para os continentes europeu e asiático, demais países da África e EUA. Em termos de pontos turísticos: o Vulcão do Fogo (na Ilha do Fogo), a Cidade Velha (na Ilha de Santiago), as praias das Ilhas do Sal e Boa Vista, entre outros.

Cabo Verde é um país que aparentemente se caracteriza pela incorporação do avanço tecnológico, financeiro e econômico em relação aos outros países da África Extremo-Occidental. Assim, através da visualização da parte prática (tabelas e gráficos) procurar-se-á

* ilhéu, adj. relativo a ilha; s.m. indivíduo natural de uma ilha; **rochedo no meio do mar**. (Costa & Melo)

analisar a veracidade e/ou não desta hipótese, adotando-se a teoria de desenvolvimento econômico de Schumpeter.

Considerando o acima exposto, pretende-se responder a seguinte questão:

QUAL O COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL EM RELAÇÃO A CABO VERDE NO PERÍODO DE 1985 A 2000?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Geral

Analisar o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental de Cabo Verde em relação aos outros países da África Extremo-Occidental (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa) e sua posição em termos mundiais, no período de 1985 a 2000.

1.2.2. Específicos

- Desenvolver a caracterização geo-econômica e política de Cabo Verde.
- Desenvolver um quadro teórico-analítico sobre a teoria do desenvolvimento econômico na visão de Schumpeter e o Índice de Desenvolvimento Social e Ambiental (IDSA) para posterior aplicação prática.
- Analisar o desempenho econômico e o grau de concentração de renda em Cabo Verde no período 1985-2000.

- Analisar o comportamento dos indicadores sociais e o índice de desenvolvimento ambiental de Cabo Verde e dos outros países da África Extremo-Occidental em relação ao melhor e pior país do mundo.

1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O primeiro objetivo específico, caracterização geo-econômica e política de Cabo Verde, foi alcançado via informações disponíveis nos sites na internet: www.nucc.pucsp.br/~umuaru/cabo_verde; www.geocities.com/nusilva/; www.cplp.org/; e, www.jocum.org.br/africa/cabo_verde.

Para atingir o segundo objetivo, foi elaborado um quadro teórico-analítico sobre a teoria do desenvolvimento econômico abordada por Schumpeter e o Índice de Desenvolvimento Social e Ambiental (IDSA), além da conceituação dos termos Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável, todos à partir da bibliografia encontrada sobre o assunto: trabalhos científicos de Montibeller Filho (2000), Sandroni (1994), Schumpeter (1982), Souza (1999), Barbieri (1998), Prates (1991 e 1993) e Bastos & Silva (1995).

Para se alcançar o terceiro objetivo, foram identificados, primeiramente, a população total e o produto interno bruto (PIB) de Cabo Verde no período de 1985 a 2000. Fazendo a razão (PIB/POP) encontramos a renda *per capita* e, após isso, observou-se a taxa de crescimento da mesma ano a ano, classificando-se o **desempenho econômico** para cada período. Também verificou-se a evolução dos números-índices do PIB, da população total e da renda *per capita*.

O critério adotado para avaliar o desempenho econômico foi o do “**tempo para duplicar a renda *per capita***” nas economias subdesenvolvidas, exposto no trabalho de Montibeller Filho (2000), e que considera a taxa de crescimento da renda *per capita* ao ano

(% a.a.) como ponto de partida para avaliação do desempenho. Abaixo temos o Quadro 1 com a síntese desses parâmetros.

Quadro 1: Critérios para classificação de desempenho econômico (de economias subdesenvolvidas)

Tx. Cresc. <i>Y per capita</i> (% a.a.)	Tempo para duplicar a <i>Y per capita</i>	Desempenho Econômico
Mais de 7,0	10 anos ou menos	ótimo
+ de 4,5 a 7,0	de 10 a 14 anos	bom
+ de 2,0 a 4,5	de 14 a 28 anos	regular
de 0,1 a 2,0	28 anos ou mais	mau
0,0 e menos	jamaiz	péssimo

Fonte: Montibeller Filho (2000) e modificado pela autora

Quanto ao grau de concentração de renda caboverdiana, fez-se uso do coeficiente de Gini:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (X_i - X_{i-1}) (Y_i + Y_{i-1})$$

onde, n = número de classes;

i = classe de referência;

X_i = população acumulada até a classe i (em %);

Y_i = renda acumulada até a classe i (em %).

O coeficiente de Gini pode assumir valores do intervalo zero a um ($0 \leq G \leq 1$), assim, quanto mais próximo de zero aproximar-se o valor melhor a distribuição de renda e, quanto mais próximo de um, maior a concentração. Para complementar a análise do coeficiente de Gini, foram usadas as curvas de Lorenz, as quais refletem os resultados alcançados através do indicador do grau de concentração da estrutura de rendas.

Por fim, identificou-se o comportamento dos indicadores sociais e o índice de desenvolvimento ambiental de Cabo Verde e dos demais países da África Extremo-Occidental em relação ao melhor e pior país do mundo. Quanto aos indicadores sociais, fez-se uso das seguintes variáveis:

- índice de mortalidade infantil, calculado a partir do número de crianças que morrem antes de atingir um ano de idade, em relação aos nascimentos no ano - sempre o número de mortos por mil nascidos;
- expectativa de vida ao nascer (ou esperança de vida) de homens e mulheres, a qual considera o tempo médio vigente na sociedade;
- grau de instrução, considerando aqui as matrículas nos cursos primário e secundário;
- índice de analfabetismo, em que é contabilizada a quantidade de analfabetos existentes na população de idade superior a 15 anos (em %), tanto para o sexo feminino como para o masculino.

O processo de construção dos índices de desenvolvimento social, exposto no trabalho de Montibeller Filho (2000), baseia-se na obtenção de médias parciais de cada indicador (Indicador de Saúde - Índice de mortalidade infantil e Expectativa de vida ao nascer - e Indicador de Educação - Grau de instrução e Índice de analfabetismo). Esse índice revela a posição relativa do caso observado - Cabo Verde - entre o pior e o melhor país do mundo quanto ao indicador considerado, o mesmo foi feito para os demais países da África Extremo-Occidental. Seu resultado pode variar de zero a um, sendo melhor a condição social quanto maior for o valor do índice obtido.

Para estabelecer o Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA), foram adotados os seguintes indicadores: nível de emissão de dióxido de carbono, grau de acesso da população à água encanada e acesso à saneamento básico. A metodologia para o cálculo do índice de desenvolvimento ambiental é a mesma do índice de desenvolvimento social.

CAPÍTULO II

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO*

2.1. UM POUCO DA HISTÓRIA CABOVERDIANA

No século XIV inicia a Revolução Comercial, a qual resultou do desenvolvimento das trocas entre as cidades italianas e o norte da Europa, da introdução de moedas de circulação geral e a da acumulação de capitais excedentes, entre outros fatores. Com a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, os italianos se viram impedidos de comercializar com o Oriente através do Mar Mediterrâneo e de vender estas mercadorias para o restante da Europa. Assim, os países da península ibérica (Portugal e Espanha) partem em busca de novas rotas marítimas para o Oriente e ao mesmo tempo descobrindo novos territórios e deles tomando posse.

É dentro deste contexto mundial que o arquipélago de Cabo Verde foi descoberto em 1460 pelo navegador português Diogo Gomes, sendo iniciado quase que simultaneamente, o processo de colonização. Há quem diga que povos árabes já haviam estado nas ilhas a procura de sal que, naquele período, era considerado uma especiaria, mas não existem documentos que comprovem tal teoria.

A primeira ilha descoberta foi a de Boa Vista, nome dado pelos portugueses em consequência do longo tempo que permaneceram no mar sem nenhuma referência de terra. Em seguida, foram sendo descobertas às outras ilhas, cujos nomes são dos santos correspondentes aos dias nos quais aportaram. Assim eles chamaram Santo Antão, São

* Os dados sobre a caracterização da área de estudo foram obtidos nos sites: www.nucc.pucsp.br/~umuaru/docs/cabo_verde ; www.geocities.com/nusilva/ ; www.cplp.org/ ; www.jocum.org.br/africa/cabo_verde

Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago. A ilha do Sal foi assim denominada por causa das grandes salinas existentes. A ilha de Maio porque chegaram no mês de Maio; Fogo, por ter um vulcão, que se supõe estar em atividade, no momento da chegada dos descobridores e a ilha da Brava, por causa do aspecto, um tanto quanto hostil.

Poucos anos após a chegada dos portugueses, fundou-se a primeira cidade em terras caboverdianas: Ribeira Grande (atual Cidade Velha), localizada na Ilha de Santiago. Esta foi a primeira cidade construída por europeus portugueses nas colônias e permaneceu por mais de três séculos como a capital do país, após esse período, a capital passou a ser a Cidade da Praia, na mesma ilha.

A importância de Cabo Verde para Portugal, a partir de 1466, esteve relacionada ao monopólio do tráfico de escravos da Guiné e que, até meados do século XIX, abasteceu a economia do sul dos Estados Unidos, do Brasil e do Caribe. Todavia, o término do tráfico negreiro provocou a decadência econômica e a emigração maciça de seus habitantes no século XX.

Com o surgimento dos movimentos de libertação nacional na África, o país vinculou-se à luta pela independência da Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau). Em 1956 formou-se o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado pelo guineense Amílcar Cabral.

Como consequência da Revolução dos Cravos, que derrubara a ditadura em Portugal, favoreceu-se a independência da República de Cabo Verde, proclamada em 5 de julho de 1975.

Cabo Verde e Guiné-Bissau constituem Estados separados, mas sob direção de um mesmo partido, o PAIGC, de orientação marxista. A unificação foi interrompida em 1980 por um golpe de Estado na Guiné-Bissau, em que o presidente, Luis Cabral (irmão de Amílcar Cabral) foi deposto. O governo de Cabo Verde condenou o golpe; a ala caboverdiana do PAIGC separou-se e passou a se chamar Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Com a separação, foram eleitos pelo PAICV, Pedro Pires como Primeiro-Ministro e Aristides Pereira Presidente da República, os quais passaram a governar Cabo Verde de 1975 à 1991.

Em 1990 aboliu-se o regime unipartidarista (vigente desde a independência do país), tendo em vista a pressão popular pela adoção do pluralismo político.

Em 1991, o oposicionista Movimento para a Democracia (MPD), formado por ex-membros do PAICV, elegeu António Manuel Mascarenhas Gomes Monteiro como Presidente. O Secretário-Geral do MPD, Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro, com um programa de reformas liberais. O partido (MPD) obteve maioria nas eleições legislativas de 1995 e, no pleito presidencial de 1996, concorreram o MPD, PAICV, PCD, UCID, onde Monteiro, foi reeleito.

No ano de 2000, realizaram-se eleições legislativas, concorrendo os partidos MPD, PAICV, PCD, UCID, PRD e PSD, ganhando o PAICV, com maioria absoluta. A mudança no comando do país esteve diretamente ligada ao descontentamento popular e a perda de credibilidade do MPD. Com esta vitória, José Maria Neves assumiu o cargo de Primeiro-Ministro e Pedro Pires, o de Presidente da República.

2.2. DADOS GEOGRÁFICOS

Cabo Verde ocupa uma superfície total de 4.033 Km² (quatro mil e trinta e três quilômetros quadrados) e localiza-se a 445 Km (quatrocentos e quarenta e cinco quilômetros) da Costa Ocidental africana, ao largo do Senegal e da Mauritânia, entre os paralelos 15 e 17 de latitude N.

três graus celsius). Todavia as temperaturas são amenas, devido à influência dos ventos alísios. A pluviosidade é irregular, chegando a ser nula durante longos períodos, muito embora se distingam duas estações – a das chuvas, de Agosto a Outubro, e a seca nos restantes meses.

Segundo dados do site www.jocum.org.br/africa/cabo_verde, em 1996 a composição da população caboverdiana era a seguinte: 71% crioulos (mestiços de brancos e negros), 28% africanos e 1% europeus ibéricos, que juntos perfaziam uma população total de 398.000 indivíduos. A Figura 2 demonstra de forma visual esta composição populacional.

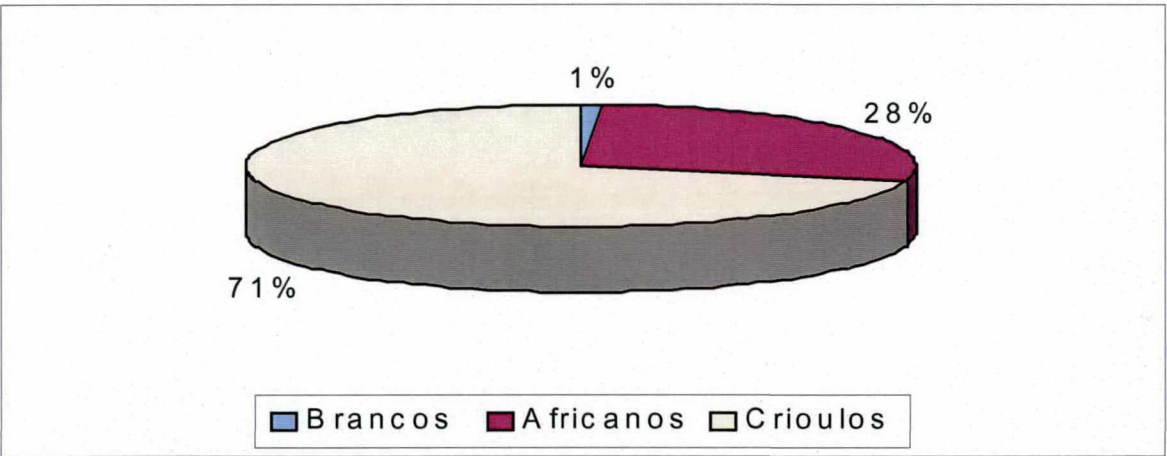


Figura 2: **Composição da População Caboverdiana para o ano de 1996**

Fonte: www.jocum.org.br/africa/cabo_verde

A distribuição da população nas ilhas é bastante desigual, com uma forte concentração (89,3%) nas quatro ilhas principais (Santiago, Fogo, São Vicente e Santo Antão). No entanto, estima-se que vivam fora do país quase o dobro dos caboverdianos que residem no arquipélago; a escassez de recursos naturais e os ciclos prolongados de seca provocam grandes fluxos migratórios, especialmente para os Estados Unidos (cerca de 350 mil), Portugal, Senegal e Angola (cerca de 40 mil, cada) e ainda, para a Holanda, França e Brasil. Cabo Verde apresenta indicadores demográficos e sociais muito favoráveis relativamente a outros países africanos, apesar de ser um país de recursos muito escassos.

O idioma oficial é o português, mas a língua falada pela maioria da população local é o crioulo, uma mescla de línguas africanas com português arcaico. E a população, em sua maioria cristã, onde: 95,9% são católicos e 4,1% protestantes ou de outras denominações, segundo dados estudados para o ano de 1995.

Suas cidades mais importantes são: Cidade da Praia (Santiago), Mindelo (São Vicente) e São Felipe (Fogo).

Cabo Verde conserva ainda traços da cultura portuguesa (sua antiga metrópole) na língua, nos costumes, na culinária e na arquitetura.

2.3. FORMA DE GOVERNO

Cabo Verde é uma república parlamentarista, dividida em 9 ilhas e 14 condados. As eleições são feitas num processo democrático e realizam-se em três níveis: eleições autárquicas, legislativas e presidencial. O poder legislativo é unicameral – Assembleia Nacional, composto por 72 (setenta e dois) membros eleitos por voto direto para mandatos de 5 (cinco) anos.

A primeira Constituição do país foi aprovada em 5 de setembro de 1980, mas passou por revisões em fevereiro de 1981, em 1988, 1990 e 1992. A mais recente, de agosto de 1992, aumentou os poderes da Assembleia Nacional limitando os poderes do Presidente da República na condução da política geral.

Em 1999, Carlos Veiga, então Primeiro-Ministro, com a intenção de candidatar-se ao cargo de Presidente da República de Cabo Verde, determinou que fosse revista a Constituição, no sentido de conceder maiores poderes ao Presidente da República, mas tal revisão não foi aceita pelos deputados caboverdianos.

2.4. A SÓCIO-ECONOMIA CABOVERDIANA

A economia caboverdiana tem como base a agricultura e a pesca. Devido ao clima, a agricultura é voltada mais para o consumo interno, procedendo, no entanto, pequenas exportações, as quais são feitas normalmente para os demais países do continente africano e para os continentes europeu e asiático, além dos EUA. Os principais produtos exportados são: feijão, batata-doce, cana-de-açúcar, banana, peixe, crustáceos, sal, pozolana* e café. Assim, as salinas das ilhas de Sal e do Maio contribuem com sua parcela nas exportações.

Uma outra parte das exportações, é obtida a partir da fauna marinha: a lagosta e outros frutos do mar são os produtos de maior escoamento, especialmente para o mercado europeu. O atum corresponde a uma das grandes riquezas marinhas do país, sendo exportado fresco e em conserva.

A cana-de-açúcar, largamente cultivada na ilha de Santo Antão, constitui a base da produção de cachaça, a qual, após ser destilada, é exportada para muitos países da Europa e da África.

Em termos quantitativos o valor das exportações, no ano de 1995, atingiu US\$ 687 (seiscentos e oitenta e sete) milhões.

Cabo Verde, como acima exposto, tem uma produção agrícola escassa precisando importar uma parcela significativa dos alimentos, pois dispõe de apenas 10% (dez por cento) de área cultivável. Essa situação tem favorecido a emigração de muitos caboverdianos.

Reunindo potencialidades para um turismo atrativo, o país conta também, com as remessas de dinheiro de seus emigrantes, que contribuem significativamente para a balança de pagamentos de Cabo Verde. Estão em estudo mecanismos para captar e orientar as poupanças

* **pozolana**, s.f. (geol.) pó de origem vulcânica, com propriedades hidráulicas, que se encontra na Itália e em muitas ilhas portuguesas. (Do lat. *Puteolani*-, “a terra de Puteoli”, pelo it. *pozzolana*, “id.”). (Costa e Mello)

dos caboverdianos da diáspora* para o setor produtivo. As principais praias visitadas por turistas são: Santa Maria (Sal), Tarrafal (Santiago) e Santa Mónica (Boa Vista). Além destas, constituem pontos turísticos de Cabo Verde: o Vulcão da Ilha do Fogo, o centro histórico da Cidade Velha (Santiago), entre outros. Assim, o turismo também é responsável pelo aumento das receitas do Estado caboverdiano.

O país também possui indústrias de máquinas e equipamentos elétricos, equipamentos de transporte, química, têxtil, além de outras. Seus principais parceiros comerciais são: Portugal, França, Holanda, Japão, Reino Unido e Espanha. A cooperação entre estes países e o poder local (câmaras municipais), ocorrem basicamente para o desenvolvimento da infra-estrutura em Cabo Verde, tais como, construção de estradas, pontes, jardins infantis, hospitais, escolas, entre outros.

* **diáspora**, s.f. a dispersão dos Judeus que deu origem à formação de comunidades judaicas fora da Palestina; o conjunto daquelas comunidades judaicas ou de outras comunidades radicadas fora da própria pátria (Do grego diasporá, "dispersão"). (Costa & Melo)

CAPÍTULO III

3. QUADRO TEÓRICO-ANALÍTICO

3.1. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico na visão de (Prebisch; Furtado; Singer apud Souza, 1999), é definido pela existência de um crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Este processo realiza-se a longo prazo resultando no fortalecimento da economia nacional, na ampliação da economia de mercado e na elevação geral da produtividade. Tal conceito, como já citado no Capítulo I, está ligado a ótica desenvolvimentista predominante nas economias subdesenvolvidas.

Souza (1999, p.20) afirma que:

"Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas [formada por Meade, Solow, Harrod, Domar, Kaldor, ...], de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente [formada por Lewis, Hirschman, Myrdal, Nurkse, ...], voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente".

Na visão de Schumpeter (1982) há uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. Crescimento existe quando a economia funciona em um sistema de fluxo circular de equilíbrio, onde as variáveis econômicas do mesmo aumentam apenas em função da expansão demográfica. Todavia, o desenvolvimento caracteriza-se pela presença de inovações tecnológicas, as quais são obra do empresário inovador, sendo que este último é financiado pelo crédito bancário. Essa concepção de desenvolvimento econômico será posteriormente explanada com mais detalhes.

Para Bastos & Silva (1995) o desenvolvimento econômico está relacionado com o nível do produto *per capita*, ou renda *per capita*. Nesse sentido, o objetivo do desenvolvimento deve ser essencialmente a obtenção de um padrão de vida melhor para a sociedade como um todo e, não apenas para parcelas privilegiadas.

3.1.1. O Desenvolvimento nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos

A Organização das Nações Unidas (ONU) classifica os países como desenvolvidos ou em desenvolvimento, segundo o grau de industrialização, a estrutura e a diversificação da economia, o Produto Nacional Bruto (PNB), a renda *per capita*, além de outros indicadores quantitativos que privilegiam as questões de natureza econômica. Tal classificação implica na consideração dos países desenvolvidos como modelo/espelho a ser seguido pelos outros países que fogem ao molde dos primeiros.

Para o Banco Mundial (apud Bastos & Silva, 1995) os países são classificados de acordo com o PNB *per capita*, em três grupos:

- economias de alta renda - onde o PNB *per capita* é igual ou superior a US\$ 7.620. Nesse grupo estão Austrália, Japão, Estados Unidos, Suécia, Israel, Itália, etc ;
- economias de renda média - onde o PNB *per capita* fica entre US\$ 610 e US\$ 7.620. Nesse grupo estão Bolívia, Chile, Equador, Brasil, Grécia, Portugal, etc;
- economias de renda baixa - onde o PNB *per capita* é igual ou inferior a US\$ 610. Nesse grupo estão Moçambique, Etiópia, China, Egito, Indonésia, Índia, etc.

Segundo Montibeller Filho (2000), é comum acreditar-se que nos países desenvolvidos os problemas econômicos estejam resolvidos, não havendo, portanto, preocupação quanto a este aspecto. Todavia, existem muitas questões, principalmente sociais e ambientais, a serem superadas.

Em relação aos países subdesenvolvidos*, Souza (1999, p.23) afirma que o subdesenvolvimento define-se: "pela insuficiência do crescimento econômico anual, em relação ao crescimento demográfico ($g < g^*$), por sua intermitência e pela concentração da renda e da riqueza".

Ainda segundo o autor, a dinâmica de expansão de uma economia subdesenvolvida e/ou em desenvolvimento depende em última instância do ritmo de crescimento de suas exportações, da produtividade do setor de mercado interno, da expansão do consumo interno, da estrutura interna de distribuição de renda e da eliminação dos pontos de estrangulamento do crescimento econômico (em especial a dificuldade em diversificar e expandir as exportações, a concentração de renda e a insuficiência de capital).

3.2. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM SCHUMPETER

A análise de Schumpeter, como a dos clássicos (Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill e Jean-Baptiste Say), destaca o dinamismo da oferta para explicar o crescimento econômico.

Todavia, existem aspectos de demanda, os quais podem estar na origem das inovações atribuídas à abertura de novos mercados. A inovação ocorre pelo fato de o empresário desbravar um mercado anteriormente inexplorado, sendo que os novos consumidores no exterior ao adquirirem os produtos deste empresário fazem com que o mesmo tenha um aumento na oferta das suas mercadorias, redução nos custos médios e a realização de novos investimentos em pesquisa e em inovação. Entretanto, "permanece o

* **subdesenvolvido**, adj. diz-se de um país ou região com baixo nível de vida de acordo com um fraco desenvolvimento econômico e social, quando comparado com os países de civilização avançada. (Costa & Melo)

móbil anterior do lado da oferta. Os novos mercados são atendidos porque existe uma capacidade produtiva prévia potencial” (Souza, 1999, p.196).

Na ótica schumpeteriana existem dois tipos de economia: economia *sem* desenvolvimento e economia com desenvolvimento.

A economia *sem* desenvolvimento caracteriza-se por “um sistema circular de equilíbrio, onde se geram lucros normais. Não existem inovações tecnológicas: os processos de produção são rotineiros e qualquer administrador mostra-se capaz de levar adiante os negócios” (Schumpeter apud Souza, 1999, p.175).

Como anteriormente citado, o fluxo circular constitui um sistema de equilíbrio geral onde as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado e determinadas pelo ritmo da expansão demográfica. Assim, dados “os preços de mercado, os consumidores e as firmas ajustam as quantidades demandadas e ofertadas” (ibidem).

As mudanças que surgem ao longo do tempo alteram o equilíbrio original do fluxo circular, todavia, o sistema se ajusta automaticamente em seguida. Portanto, não existe desenvolvimento, já que as mudanças são apenas marginais e provocadas, principalmente pelo crescimento demográfico. Essas mudanças geram somente um processo de adaptação e não de desenvolvimento econômico.

Schumpeter (1982, p.47), definiu desenvolvimento econômico como: “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. Sendo que o desenvolvimento deriva-se de mudanças revolucionárias, as quais surgem na órbita da produção. Ou seja, os produtores exercem mudanças relevantes, enquanto que os consumidores são induzidos a consumir os novos produtos lançados no mercado.

Ainda segundo o autor, à medida que novas combinações de meios produtivos vão surgindo de modo irreversível e descontínuo, há desenvolvimento. O desenvolvimento, de

forma resumida, consistiria no emprego diferente dos recursos disponíveis, independentemente do ritmo de seu crescimento.

As constantes transformações do meio socioeconômico, provenientes em sua maioria das inovações tecnológicas e da expansão do mercado mundial, que influenciam o dinamismo do mercado interno de um país, “motivam os empresários a um contínuo *processo de adaptação*, a fim de assegurarem sua *sobrevivência*, evitando a *destruição criadora* [onde o surgimento de novas combinações de meios produtivos implicam na destruição de combinações anteriores], e de aumentarem sua participação no mercado” (Schumpeter apud Souza, 1999, p.177).

Sendo que a característica elementar do empresário é a de “liderança e não de propriedade, isto é, de capacidade de previsão e iniciativa e não da posse de capital” (Possas apud Souza, 1999, p.178). Assim, a função do empresário é a de adotar novas combinações e para a implantação das mesmas, necessitaria manifestar sua liderança em relação ao banqueiro, visando à obtenção de financiamentos. Essa liderança do empresário também refletir-se-ia em direção aos demais produtores, que o imitariam, adotando inovações.

Vale ressaltar que as inovações tecnológicas, na ótica schumpeteriana compreendem cinco categorias de fatores: “a fabricação de um novo bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de matérias-primas; a realização de uma nova organização econômica, tal como estabelecimento de uma situação de monopólio” (Sandroni, p.318-319).

Schumpeter (1982), afirma que além do empresário, existem três elementos que devem estar presentes para o alcance do desenvolvimento econômico de um país: o capitalista, o banqueiro e o crédito bancário. O capitalista empenha-se em emprestar dinheiro, adquirir títulos no mercado financeiro e especular na bolsa de valores; enquanto que o banqueiro, faz a intermediação entre o empresário e os capitalistas e assim, amplia os meios de pagamento, ao criar crédito, tornando-se o elemento-chave do desenvolvimento econômico.

Segundo o mesmo autor, o empresário para desenvolver sua função e impulsionar o desenvolvimento econômico, tem necessidade de:

- um pacote de inovações tecnológicas das quais ainda não se fez uso e que estejam aptas a serem postas em prática;
- linhas de crédito de curto e longo prazo, para transformar capital em meios de produção e adotar novos métodos e gerar novos produtos.

Assim, o capital criado pelo crédito bancário possibilitaria o acesso do empresário a novos bens de produção, sendo que estes últimos (bens) precisariam “gerar receitas, no menor prazo possível, para que [as empresas] possam devolver o capital tomado emprestado e efetuar a reposição desses equipamentos, à medida que se desgastam no processo produtivo” (Schumpeter *apud* Souza, 1999, p.180).

Tendo em vista que Schumpeter (1982) considerava a existência de pleno emprego, os empréstimos concedidos pelos banqueiros pressionam os preços dos fatores para cima e deslocam estes de combinações antigas, menos produtivas, para combinações novas, mais eficientes. Instaurando-se um processo de destruição criadora e devido ao maior poder de mercado adquirido com os novos produtos, as empresas inovadoras expandem sua produção a preços crescentes.

Verifica-se então, no desenvolvimento schumpeteriano, um processo inflacionário logo neutralizado pelo surgimento de firmas concorrentes no mercado, as quais produzem bens diferenciados e adotam processos similares. Tal fato acontece por que outros empresários imitam a ação dos pioneiros, adotando outras novidades, ou simplesmente copiando inovações já caídas no domínio público.

Schumpeter (1982) coloca-nos também que o crescimento econômico não se produz de maneira uniforme no tempo. A economia move-se através de uma trajetória cíclica. Assim, o desenvolvimento, impulsionado pelo progresso técnico, “alterna-se em períodos de prosperidade e depressão. Em determinados momentos da vida econômica, multiplicam-se os

projetos rentáveis e toda a economia prospera; em outras ocasiões, os negócios em geral se retraem e o desemprego aumenta” (Souza, p.174).

Na visão schumpeteriana, o estímulo para o começo de “um novo ciclo econômico viria principalmente das inovações tecnológicas introduzidas por empresários empreendedores” (Sandroni, p.318). Então, os períodos de prosperidade caracterizar-se-iam pela imitação e/ou “cópia” dos produtos lançados pelo empresário inovador por um grande número de empresários não inovadores, os quais investem recursos para a produção e imitação desses bens. Tendo-se assim, uma onda de investimentos de capital que vai ativar a economia e conseqüentemente, gerar a prosperidade e o aumento do nível de emprego.

À medida que as inovações tecnológicas são absorvidas pelo mercado e seu consumo se generaliza, temos uma queda na taxa de crescimento da economia e o início de um processo recessivo com redução nos investimentos e baixa da oferta de emprego, ou seja, há uma redução no nível de emprego, produção e investimento.

Essa alternância entre prosperidade e recessão, “é vista por Schumpeter, dentro do contexto do processo de desenvolvimento econômico, como um obstáculo periódico e transitório no curso normal de expansão da renda nacional, da renda *per capita* e do consumo” (Costa apud Schumpeter, 1982, p.XIV).

Vale frisar que a teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico é adequada para países onde existe um elevado estoque potencial de empresários, com disponibilidade de capitais emprestáveis e grandes possibilidades de criar novas tecnologias. As instituições bancárias são eficientes, as políticas econômicas não causam obstáculos ao desenvolvimento capitalista e existe pleno emprego e ausência de inflação no início do processo de desenvolvimento. Todavia, esta teoria pode ser adaptada à realidade dos países subdesenvolvidos. É o que se tentará mostrar no Capítulo IV.

3.3. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1980, foi pela primeira vez usada a expressão "desenvolvimento sustentável" em um documento chamado de World Conservation Strategy. O mesmo foi produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e pela World Wildlife Fund (hoje, World Wide Fund for Nature - WWF) por solicitação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). De acordo com esse documento, o objetivo da conservação da natureza é o de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento, levando em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações.

Desenvolvimento sustentável "é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades" (CMMAD apud Barbieri, 1998, p.23).

Segundo Barbieri (1998), desenvolvimento sustentável é a maneira de perceber soluções para os problemas globais incorporando dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social. Os problemas do planeta não se restringem apenas à degradação do ambiente físico e biológico.

Assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável procura enfocar as questões ambientais, levando também em consideração as dimensões social, espacial, cultural e econômica, sendo atualmente, o novo paradigma político-científico orientador de estudos e planos de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental.

Segundo Montibeller Filho (2000), a existência de um desenvolvimento sustentável requer melhores condições de vida da sociedade sem entretanto afetar o meio ambiente. Para isso, numa sociedade subdesenvolvida é necessário a presença de quatro requisitos:

- aumento persistente/contínuo da renda média (requisito A);
- desconcentração na estrutura de distribuição da renda (requisito B);

- melhoria significativa dos índices sociais (requisito C);
- aprimoramento ou preservação da condição ambiental (requisito D).

Esses requisitos ocorrem se anteriormente existir todo um planejamento que defina os objetivos e diretrizes macroeconômicos e sociais a serem atingidos e que primem, principalmente, por alcançar respostas no longo prazo aos anseios da maioria da sociedade de um país, estado ou município.

É também preciso a realização de um processo avaliativo para descobrir se todos os requisitos foram cumpridos e/ou se apenas partes dos mesmos foram alcançadas. Assim, não basta apenas planejar, mas verificar o cumprimento dos objetivos.

3.3.1. As dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Montibeller Filho (1994), desenvolve uma visão sintética de sustentabilidade através da apresentada por Ignacy Sachs em 1993, onde coloca os componentes principais e objetivos de cada uma das dimensões da sustentabilidade (sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural). Segundo essa visão, os pilares e objetivos da sustentabilidade possuem atributos gerais tais como equidade, prudência e eficiência.

Assim, a sustentabilidade social tem como componentes principais: a geração de postos de trabalho que permitam renda individual adequada (a melhor condição de vida e melhor qualificação profissional) e a produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. O objetivo principal é a redução das desigualdades.

A sustentabilidade econômica considera o fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo); o manejo eficiente dos recursos; a absorção pela empresa dos custos ambientais e a endogeneização

(contar com suas próprias forças). Sua pretensão é a de aumentar a produção e a riqueza social, sem dependência externa.

Em relação a sustentabilidade ecológica, esta tem como componentes principais: produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; prudência no uso de recursos não-renováveis; prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; redução da intensidade energética e conservação de energia; tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; cuidados ambientais. Visa a qualidade do meio ambiente e a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.

Já a sustentabilidade espacial e/ou geográfica tem como objetivo evitar o excesso de aglomerações, via desconcentração espacial (de atividades, de população); descentralização e democratização local e regional de poder e, da relação cidade-campo equilibrada (benefícios centrípetos).

Quanto à sustentabilidade cultural, esta procura através de soluções adaptadas a cada ecossistema e do respeito a formação cultural comunitária, evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

3.4. OS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL

A presença de cada um dos requisitos anteriormente citados é verificada através do uso de indicadores. Para Montibeller Filho (2000), um indicador aponta os movimentos ou a inércia da essência do que está em questão sem entretanto fazer uso da mesma (essência). Ainda segundo o autor, pode-se tecer através da taxa de mortalidade infantil considerações e conclusões a respeito das condições gerais de saúde bem como da condição social da população, tendo em vista que a situação da infância sintetiza uma série importante de aspectos sociais.

Assim, foram utilizados no presente estudo os seguintes indicadores: os que medem o rendimento econômico médio da população e suas variações; os que detectam a ocorrência ou não de alterações na estrutura de distribuição da renda; os que avaliam as condições na área social; e aqueles que medem a qualidade ou situação do ambiente físico ou natural.

É importante ressaltar que o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), utilizado no trabalho, é uma variante do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este último apresentado no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, publicado pelas Nações Unidas em maio de 1990. A diferença entre os dois índices (IDH e IDS), segundo Rodrigues (1991), baseia-se no fato de o IDH quantificar o grau de satisfação pessoal dos indivíduos, o que transcende o nível da realização de suas necessidades materiais. Já o IDS procura avaliar o grau de acesso da população a condições adequadas de remuneração, saúde, habitação, educação, alimentação, transportes e de outros serviços que caracterizem a qualidade de vida da sociedade.

Para facilitar o estudo foram selecionados para o IDS dois indicadores: o de Saúde (Índice de Mortalidade Infantil e a Expectativa de vida ao nascer de homens e mulheres) e o de Educação (Grau de Instrução e o Índice de Analfabetismo para homens e mulheres). Assim, foram excluídos da pesquisa os indicadores de trabalho e de habitação, no indicador de saúde excluiu-se o item consumo de calorias e no indicador de educação o item índice de escolarização.

Na composição do IDA foram selecionados: o nível de emissão de dióxido de carbono, o grau de acesso da população à água encanada e o acesso à saneamento básico. Todavia, por falta de dados não incluiu-se aí o índice de áreas legalmente protegidas.

Vale frisar que o presente estudo leva em consideração os conceitos de desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, ou seja, é a soma desses dois conceitos afim de que um dê sustentação ao outro em termos teóricos e práticos. Isto não significa que todos os estudos devam ser feitos sob esta perspectiva e também sabemos que estes conceitos não se complementam, na verdade, um contradiz ao outro, mas aqui estão

associados para provar a hipótese levantada no Capítulo I. Assim, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, são duas visões diferentes de desenvolvimento usadas juntas neste trabalho para confirmar e/ou não a evolução econômica, tecnológica e financeira de Cabo Verde em relação aos demais países da África Extremo-Occidental.

CAPÍTULO IV

4. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE*

4.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo será avaliado o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde, no período de 1985 à 2000.

Analisar-se-á, primeiramente, os indicadores de desenvolvimento econômico, social e ambiental, através dos requisitos A, B, C e D. Após isso, é feita uma análise sob a ótica schumpeteriana, como suporte para testar se a hipótese levantada no Capítulo I, é verdadeira ou não.

É importante ressaltar a referida hipótese: Cabo Verde é um país que se caracteriza por ter atingido melhor avanço tecnológico, financeiro e econômico em relação aos outros países da África Extremo-Occidental.

4.2. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE

O Desenvolvimento Sustentável, como já vimos anteriormente, parte de um conceito mais amplo de desenvolvimento, levando em consideração as questões ambientais, sociais,

* Os dados deste capítulo foram obtidos de Relatórios da PNUD, Relatórios da PNUD de Cabo Verde, Almanaque Abril, Diário Catarinense, Paulo Daniel Farah, www.governo.cv, www.ine.cv e, www.undp.org.br/hdro.

econômicas, espaciais e culturais de uma sociedade. Constituindo assim, o atual paradigma político-científico orientador de estudos e planos de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental.

Dentro dessa visão procurar-se-á analisar o grau de concentração de renda e o desempenho econômico no período 1985-2000 e o comportamento dos indicadores sociais e o índice de desenvolvimento ambiental de Cabo Verde e dos outros países da África Extremo-Occidental em relação ao melhor e pior país do mundo quanto ao indicador estudado, para o ano de 1998.

4.2.1. Indicador do requisito A: a renda *per capita*

O procedimento metodológico do Capítulo I nos diz que: primeiramente é identificada a população total e o produto interno bruto (PIB) de Cabo Verde de 1985 à 2000. Fazendo a razão (PIB/POP) encontrou-se a renda *per capita*. Posteriormente, se observou a taxa de crescimento da mesma ano a ano, classificando-se o **desempenho econômico** para cada período.

Também foi observada, a evolução dos números-índices do PIB, da população total e da renda *per capita*, pois a comparação entre esse dados “permite verificar se, eventualmente, um grande crescimento desta última não decorreu de significativa diminuição da população, ao invés de aumento da produção, o que daria, matematicamente resultado positivo, porém não consoante com a noção de crescimento econômico” (Montibeller Filho, 2000, p.8).

Adotou-se o ano de 1991 como base fixa para o cálculo dos números-índices, porque naquele ano o partido MPD assumiu o poder, havendo a quebra do regime unipartidário e Cabo Verde passa, então, para um sistema político multipartidário.

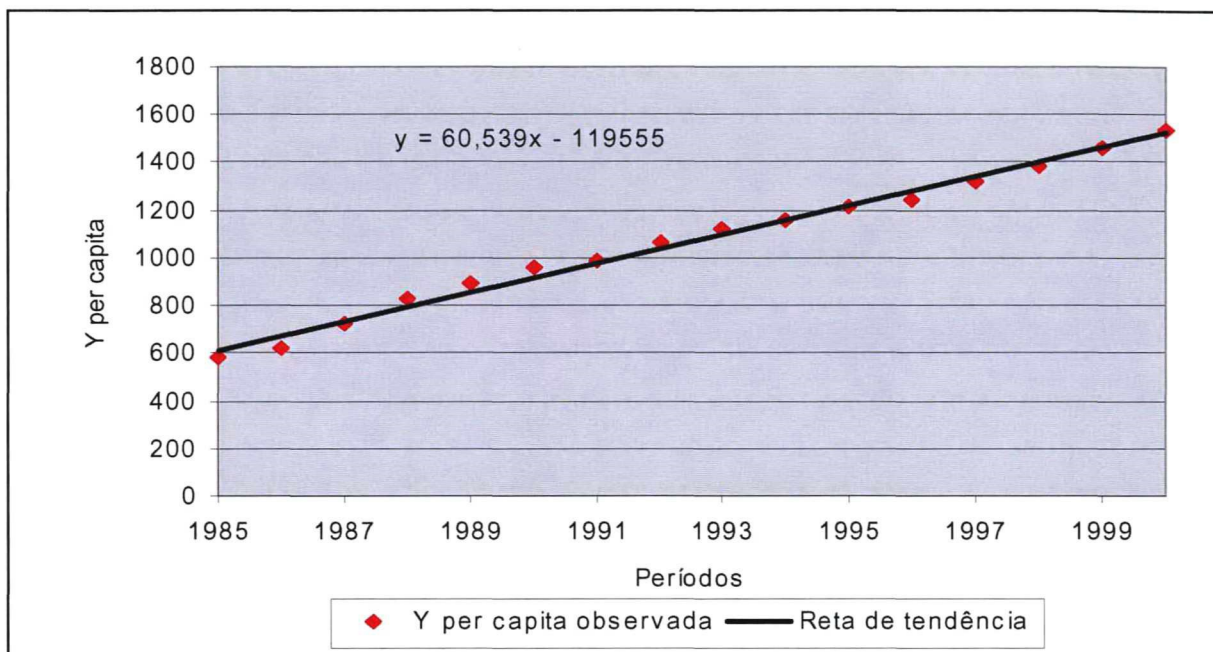


Figura 3: **Comportamento da Renda *Per Capita* caboverdiana**

Fonte: Elaboração da autora

A Figura 3 mostra a evolução da renda *per capita* durante o período de 1985-2000. A evolução positiva não é resultado de crescimento do PIB e diminuição de população, pelo contrário, em 1985 Cabo Verde tinha 307.000 habitantes e no ano de 2000 eram 430.000 habitantes, ou seja, 123.000 indivíduos a mais. Além disso, o PIB passou de US\$ 179 milhões (1985) para US\$ 660 milhões (2000), isto é, o PIB e a população caboverdiana aumentaram, mas não na mesma proporção (observe o Quadro 2). Esse comportamento foi resultado das políticas econômicas adotadas a partir de 1992.

Quadro 2: PIB e População de Cabo Verde, 1985-2000

Ano	PIB (US\$milhões)	POP (mil)	PIB (1991=100)	POP (1991=100)	Tx Cresc. POP (%)	Tx Cresc. PIB (%)
1985	179000000	307000	51,8841	87,7143	-----	-----
1986	193000000	309000	55,9420	88,2857	0,6515	7,8212
1987	225000000	312000	65,2174	89,1429	0,9709	16,5803
1988	265000000	321000	76,8116	91,7143	2,8846	17,7778
1989	295000000	330000	85,5072	94,2857	2,8037	11,3208
1990	328000000	341000	95,0725	97,4286	3,3333	11,1864
1991	345000000	350000	100,0000	100,0000	2,6393	5,1829
1992	385000000	360000	111,5942	102,8571	2,8571	11,5942
1993	415000000	370000	120,2899	105,7143	2,7778	7,7922
1994	440000000	381000	127,5362	108,8571	2,9730	6,0241
1995	470000000	388000	136,2319	110,8571	1,8373	6,8182
1996	495000000	398000	143,4783	113,7143	2,5773	5,3191
1997	535000000	406000	155,0725	116,0000	2,0101	8,0808
1998	578000000	417000	167,5362	119,1429	2,7094	8,0374
1999	620000000	424000	179,7101	121,1429	1,6787	7,2664
2000	660000000	430000	191,3043	122,8571	1,4151	6,4516

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde de 1991 a 1999, Relatórios da FAO 1985 a 1990, Relatórios da PNUD 1990 a 1997, Almanaque Abril 2000, sites www.ine.cv e www.governo.cv

Dados obtidos dos Relatórios da PNUD de Cabo Verde, nos mostram que em 1997, a renda *per capita* do país era de US\$ 1.317,73, enquanto para o mesmo período, a renda *per capita* dos outros países da África Extremo-Occidental era: Guiné – US\$ 550,00 -, Senegal – US\$ 540,00 -, Gâmbia – US\$ 340,00 -, Guiné-Bissau – US\$ 230,00 – e Serra Leoa – US\$ 160,00.

Quanto a Libéria, o Relatório de Desenvolvimento Humano (1996), afirma que este país arrasado pela guerra civil (interna) teve seu rendimento *per capita* inferior ao dos anos 60 ou anteriores. Com tendências de decréscimo da renda *per capita* cada vez mais acentuadas.

O Quadro 3, abaixo, mostra a taxa de crescimento da renda *per capita* (%) e o desempenho econômico, ambos calculados a partir da renda *per capita* de Cabo Verde no período de 1986-2000.

Quadro 3: Comportamento e Desempenho da Renda *Per Capita* caboverdiana

Ano	Y <i>per capita</i>	Tx. Cresc. Y <i>per capita</i> (%)	Desempenho Econômico
1985	583,061889	-----	-----
1986	624,595469	7,123357018	ótimo
1987	721,153846	15,45934635	ótimo
1988	825,545171	14,47559709	ótimo
1989	893,939394	8,284734134	ótimo
1990	961,876833	7,599781301	ótimo
1991	985,714286	2,478222997	regular
1992	1069,44444	8,494363929	ótimo
1993	1121,62162	4,878904879	bom
1994	1154,85564	2,963033235	regular
1995	1211,34021	4,891049672	bom
1996	1243,71859	2,672939164	regular
1997	1317,73399	5,951136986	bom
1998	1386,09113	5,187476187	bom
1999	1462,26415	5,495527845	bom
2000	1534,88372	4,96624156	bom

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde de 1991 a 1999, Relatórios da FAO 1985 a 1990, Relatórios da PNUD 1990 a 1997, Almanaque Abril 2000, sites www.ine.cv e www.governo.cv

Em relação ao desempenho econômico caboverdiano: de 1986 à 1990, a taxa de crescimento da renda *per capita* apresenta ótimo desempenho; em 1991 houve desempenho regular (a taxa de crescimento da renda *per capita* foi de 2,47%); em 1992 temos ótimo desempenho, isto devido a implantação de um novo programa/medidas econômicas; em 1993 houve bom desempenho (taxa de crescimento da renda *per capita* de 4,87%); em 1994 e 1996 temos desempenho econômico regular; em 1995 e de 1997 à 2000 houve um bom desempenho (a taxa de crescimento da renda *per capita* em 2000 foi de 4,96%).

É importante frisar aqui as causas do desempenho econômico regular para os anos de 1991, 1994 e 1996, estas relacionam-se diretamente aos períodos de instabilidade política e econômica que Cabo Verde atravessou, e em 1996, especialmente, por uma nova crise econômica gerada pela redução de investimentos externos no país e em alguns casos retirada completa, medida está tomada pelo fato de no ano anterior ter ocorrido em Cabo Verde um bom período de chuvas.

4.2.2. Indicadores do requisito B: Coeficiente de Gini e Curvas de Lorenz

Para medir o grau de concentração de renda caboverdiana, fez-se uso do coeficiente de Gini:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$$

Sendo que, o coeficiente de Gini pode assumir valores do intervalo zero a um ($0 \leq G \leq 1$). Isto é, quanto mais próximo de zero aproximar-se o valor, melhor a distribuição de renda e, quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda. As curvas de Lorenz, foram usadas, para complementar a análise do coeficiente de Gini, pois estas refletem os resultados alcançados através do indicador do grau de concentração da estrutura de rendas.

Abaixo na Figura 4, pode-se visualizar as Curvas de Lorenz, sendo que as duas curvas representam os dados de 1985 e 1998 obtidos a partir do cálculo do Coeficiente de Gini e, a reta de distribuição igualitária corresponde aos valores que o mesmo pode assumir no intervalo ($0 \leq G \leq 1$), considerando aqui que 1=100 (um é igual a cem).

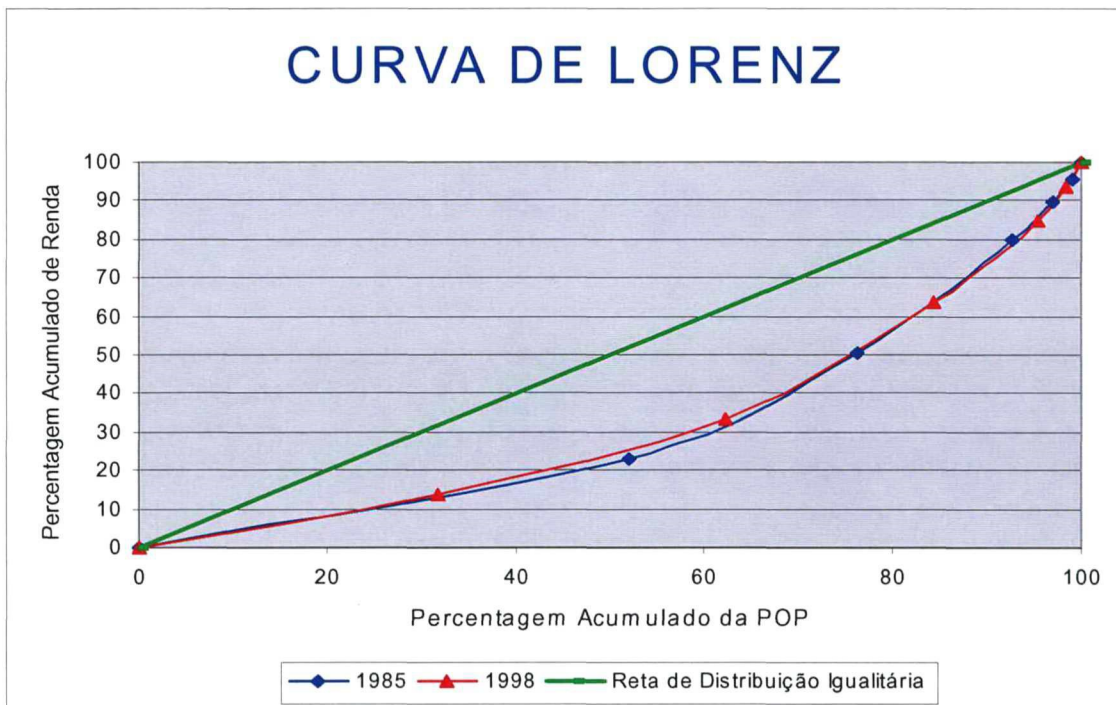


Figura 4: Comportamento do Grau de Concentração da Renda em Cabo Verde (Curvas de Lorenz) – 1985 e 1998

Fonte: Elaboração da autora

O coeficiente de Gini para os anos de 1985 e 1998 obteve os seguintes valores respectivamente: 0,3570 e 0,3489. Através desses dados e da Figura 4, pode-se notar uma baixa concentração de renda em Cabo Verde; a estrutura social existente no país foi deixada pelo colonizador português, que manteve uma pequena classe responsável pelo controle do poder político; uma outra classe, que trabalha nos órgãos públicos e privados, todos com formação superior; uma terceira, formada por funcionários públicos e privados com formação no ensino educacional médio; uma quarta, formada por pequenos comerciantes e trabalhadores autônomos; e uma quinta classe social, o último degrau hierárquico da sociedade caboverdiana, composta por trabalhadores braçais, utilizados pelas FAIMO (frentes de alta intensidade de mão-de-obra), integrada por trabalhadores que quebram pedras para o calçamento das ruas e trabalhadores que realizam outros trabalhos pesados.

Em 1985 (ver Quadro 4), existiam 3 (três) classes de renda que representavam 92,67% da população caboverdiana acima de 10 anos de idade (classes com renda mensal de

US\$ 100 a US\$ 200, de US\$ 200 a US\$ 300 e de US\$ 300 a US\$ 500), as quais detinham 79,77% dos rendimentos.

Quadro 4: Classes de Renda em Cabo Verde - 1985

Classes de Renda (US\$mensal)	POP acima de 10 anos	Rendimento médio anual (US\$)	Rendimento médio da POP	X = % da POP	Y = % do Rendimento
100 - 200	52502	1200	63002400	51,9806	23,2346
200 - 300	24424	3000	73272000	24,1815	27,0219
300 - 500	16678	4800	80054400	16,5124	29,5232
500 - 1000	4393	6000	26358000	4,3494	9,7205
1000 - 2000	2006	8500	17051000	1,9861	6,2882
mais de 2000	1000	11420	11420000	0,9901	4,2116
Total	101003	34920	271157800	100,0000	100,0000

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde, www.ine.cv e www.governo.cv

O Quadro 5 mostra que em 1998, as classes com renda mensal de US\$ 100 a US\$ 200, de US\$ 200 a US\$ 300 e de US\$ 300 a US\$ 500, representavam 84,23 % da população e detinham 63,81% dos rendimentos. Entretanto, a classe com renda mensal de US\$ 500 a US\$ 1000, que em 1985 representava 4,34% da população acima de 10 anos de idade e 9,72% dos rendimentos; em 1998, passou a representar da 11,07% população e a deter 20,78% dos rendimentos.

Quadro 5: Classes de Renda em Cabo Verde - 1998

Classes de Renda (US\$mensal)	POP acima de 10 anos	Rendimento médio anual (US\$)	Rendimento médio da POP	X = % da POP	Y = % do Rendimento
100 - 200	53250	980	52185000	31,8448	13,6143
200 - 300	50630	1500	75945000	30,2780	19,8130
300 - 500	36980	3150	116487000	22,1150	30,3898
500 - 1000	18525	4300	79657500	11,0784	20,7815
1000 - 2000	5300	6636	35170800	3,1695	9,1756
mais de 2000	2532	9425	23864100	1,5142	6,2258
Total	167217	25991	383309400	100,0000	100,0000

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde, www.ine.cv e www.governo.cv

A baixa concentração de renda caboverdiana, nos mostra que em nível local o país está muito bem neste aspecto se comparado aos outros países da África Extremo-Occidental.

Para se ter uma idéia, podemos exemplificar o caso de Serra Leoa, onde em 1997, o índice de pobreza humana ultrapassou os 50% da população total, significando que em decorrência da elevada concentração da estrutura de rendas, mais da metade da população leonesa, possui condições baixíssimas de acesso à saneamento básico, à educação e expectativa de vida, até mesmo a Libéria se encontra em situação melhor do que Serra Leoa.

4.2.3. Índice do requisito C: o IDS

Os indicadores sociais, usados para o IDS foram: índice de mortalidade infantil (onde será considerado o número de crianças que morrem antes de atingir um ano de idade em relação aos nascimentos no ano - sempre o número de mortos por mil nascidos); expectativa de vida ao nascer (ou esperança de vida) de homens e mulheres, a qual considera o tempo médio vigente na sociedade; grau de instrução considerando aqui as matrículas nos cursos primário e secundário; e, índice de analfabetismo, onde será contabilizada a quantidade de analfabetos existentes na população de idade superior a 15 anos (em %), tanto para o sexo feminino como para o masculino.

A construção dos índices de desenvolvimento social foi obtida através de médias parciais de cada indicador (Indicador de Saúde - Índice de mortalidade infantil e Expectativa de vida ao nascer - e Indicador de Educação - Grau de instrução e Índice de analfabetismo). Esse índice revela a posição relativa do caso observado - Cabo Verde - entre o pior e o melhor país do mundo quanto ao indicador considerado, o mesmo foi feito para os demais países da África Extremo-Occidental. O resultado pode variar de zero a um, sendo melhor a condição social quanto maior for o valor do índice obtido. Os dados coletados para os indicadores são relativos ao ano de 1998.

Quadro 6: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Social em 1998 (Cabo Verde x Melhor e Pior do Mundo)

Indicadores	Índices
Saúde	
• Mortalidade Infantil	0,687
• Expectativa de Vida	
• Homens	0,720
• Mulheres	0,727
Educação	
• Grau de Instrução	
• Primário	0,402
• Secundário	0,158
• Analfabetismo	
• Homens	0,739
• Mulheres	0,614
IDS	0,578

Fonte: Relatório da PNUD de Cabo Verde, GEP/Ministério da Saúde de Cabo Verde, GED/Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desportos de Cabo Verde

O Quadro 6, acima, e o Quadro 7, abaixo, sintetizam os resultados dos indicadores que formam o índice de desenvolvimento social (IDS) para o período estudado (1998) em relação a Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa. O Anexo D possui as taxas de cada um dos índices para todos os países da África Extremo-Occidental e do pior e melhor país para cada um destes. A partir destas observações é possível analisar a situação de Cabo Verde tanto em nível local quanto mundial.

Quadro 7: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Social em 1998 (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa x Melhor e Pior do Mundo)

Variável	GÂMBIA	GUINÉ	GUINÉ-BISSAU	LIBÉRIA	SENEGAL	SERRA LEOA
Mortalidade Infantil	0,289	0,277	0,241	0,325	0,645	0
Grau Instrução (%)						
Primário	0,087	0,152	0,12	0,076	0,435	0
Secundário	0,053	0,095	0,105	0,063	0,179	0
Analfabetismo (%)						
Homem	0,274	0,204	0,294	0,372	0,286	0,106
Mulher	0,094	0,078	0,158	0,233	0,183	0,04
Esperança de Vida						
Homem	0,22	0,244	0,183	0,244	0,354	0
Mulher	0,227	0,182	0,17	0,216	0,341	0
IDS	0,178	0,176	0,182	0,218	0,346	0,021

Fonte: Relatório da PNUD

O valor do IDS de Cabo Verde foi de 0,578 para o ano de 1998, significando que em termos mundiais este país possui um grau de desenvolvimento humano médio (fato este confirmado pelos Relatórios da PNUD). Apesar disso, o grau de instrução primário e secundário caboverdianos apresentam índices muito baixos; os outros índices demonstram uma boa situação. Assim, ele tem a menor taxa de mortalidade infantil (56‰); a segunda menor taxa da África Extremo-Occidental, pertence ao Senegal (63‰); a pior é de Serra Leoa (170‰) e a melhor é do Japão (4‰). O índice de mortalidade infantil caboverdiana ficou em 0,687.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2000), nos países em desenvolvimento, caso de Cabo Verde, durante as últimas três décadas, a taxa de mortalidade infantil reduziu-se mais de dois quintos – de 111‰, em 1970, para 64‰ em 1998. Os dados de Cabo Verde tem se mantido bem abaixo do verificado pela PNUD, pois segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) caboverdiano a taxa de mortalidade infantil para o ano de 1991

foi de 35,5‰; 1992 (53,7‰); 1993 (53,0‰); 1994 (44,6‰); 1995 (45,1‰); 1996 (35,5‰) e 1997 (42,0‰).

Comparativamente aos outros países da África Extremo-Occidental, Cabo Verde é o segundo melhor país em termos de grau de instrução: 45% da população estudantil está matriculada no ensino primário e 18%, no secundário. O pior dado pertence a Serra Leoa, 8% e 3%, para instrução primária e secundária, respectivamente. O melhor dado para instrução primária pertence ao Japão, 100% e o melhor para instrução secundária, a Bélgica (98%). O índice caboverdiano do grau de instrução primário é de 0,402 e o secundário é de 0,158.

O analfabetismo em Cabo Verde é o menor de toda África Extremo-Occidental, para as mulheres a taxa é de 35,2% e para os homens 19,8%. O índice de analfabetismo caboverdiano masculino fica em 0,739 e o feminino em 0,614. As piores taxas de analfabetismo feminino e masculino, na região, pertencem a Serra Leoa, 87,5% e 67,8%, respectivamente. Em termos mundiais a pior taxa para ambos os sexos pertence ao Níger: 75,8% para homens e 91,1% das mulheres; o melhor dado mundial de analfabetismo masculino e feminino é da Polónia, 0% (zero por cento).

O recenseamento realizado em Cabo Verde no ano de 2000, aponta para uma redução gradativa do analfabetismo no país, que era de 37,2% em 1990, passou para 25,2% em 2000. Ou seja, houve uma redução da taxa de analfabetismo na ordem de aproximadamente 1,2% ao ano. É de se destacar também uma redução significativa da taxa de analfabetismo na faixa etária de 15-34 anos, que em 1990 era de 19,0% passando para 7,6%, isto é, uma redução de 11,4% em 10 anos, o que demonstra os efeitos positivos da massificação do ensino básico em Cabo Verde e do combate ao analfabetismo encetado pela Direcção Geral da Alfabetização do Ministério da Educação. Entremente, convém frisar que ainda persiste um número significativo de pessoas analfabetas na faixa dos 35 a 49 anos, o que demonstra que uma parcela significativa da população ativa é analfabeta.

Analisando-se o desempenho nas diversas ilhas do arquipélago, temos que Santo Antão, Fogo e Brava são as ilhas com maiores taxas de analfabetismo: 34,0%, 29,2% e 27,5%, respectivamente, contrastando com as ilhas do Sal, Boa Vista e São Vicente, que

registraram as menores taxas, 13,2%, 15,0% e 19,0%, ou seja, 12%, 10% e 6%, respectivamente, abaixo da média nacional.

Nas ilhas de Santiago, São Nicolau e Maio, essa taxa não difere da média nacional (25,2%). O número de analfabetos, nessas ilhas, é mais elevado no meio rural e sobretudo nas mulheres.

Convém realçar que a maioria dos adultos analfabetos são mulheres, ou seja, 32,5% contra 16,5% de homens. Ainda segundo dados do censo de 2000, de cada 100 caboverdianos de idade igual ou superior a 15 anos, 25 não sabem ler nem escrever.

Em nível nacional, as diferenças são mais acentuadas. No meio rural, cerca de uma pessoa em cada três é analfabeta (34,5%) e no meio urbano essa percentagem é de apenas 18,1%. Da mesma forma, é notória a diferença entre os sexos, ou seja, maior percentagem de pessoas analfabetas tanto no meio rural como no urbano são mulheres, correspondendo a 43,4% e 24,5% enquanto 23,9% e 11,1% são homens.

O Quadro 8 mostra de forma resumida, a taxa de analfabetismo caboverdiana no meio rural para o ano de 2000 (por faixa etária e sexo). Vemos que independente de faixa etária, o analfabetismo é maior no sexo feminino.

Quadro 8: Taxa de Analfabetismo no Meio Rural em Cabo Verde - 2000

Faixas Etárias	Tx. Analf. Meio Rural	Tx. Analf. Meio Rural por Sexo	
		Mulheres	Homens
15 e mais	9,00%	10,00%	8,00%
15-34	10,00%	11,70%	8,40%
35-49	43,10%	56,90%	29,40%
50 e mais	74,50%	89,20%	59,90%

Fonte: www.governo.cv

Quadro 9 sintetiza os dados referentes a taxa de analfabetismo caboverdiana no meio urbano para o ano de 2000 (por faixa etária e sexo). Persiste também no meio urbano maior

analfabetismo feminino do que masculino. Isso pode ser explicado por vários fatores, mas vamos citar apenas dois: gravidez na adolescência, onde a mulher se vê obrigada a abandonar os estudos para cuidar da criança e, falta de condições da família, que forçam a jovem a desistir da escola para trabalhar.

Quadro 9: Taxa de Analfabetismo no Meio Urbano em Cabo Verde - 2000

Faixas Etárias	Tx. Analf. Meio Urbano	Tx. Analf. Meio Urbano por Sexo	
		Mulheres	Homens
15 e mais	4,40%	5,00%	3,80%
15-34	5,20%	5,50%	4,90%
35-49	23,70%	23,70%	12,50%
50 e mais	50,60%	50,60%	33,50%

Fonte: www.governo.cv

Num país com poucos recursos naturais como Cabo Verde, a valorização do capital humano constitui um imperativo. Daí que a alfabetização, desde os primeiros anos da independência, sempre foi um diferencial dos caboverdianos em relação aos demais indivíduos da África Extremo-Occidental. Assim, a partir de 1975, os sucessivos governos elegeram a erradicação do analfabetismo como um dos vetores fundamentais da política educativa. A criação, em 1976, do departamento de educação extra-escolar, e posteriormente, a Direcção Geral de Alfabetização só vieram confirmar a importância que a alfabetização teve para os sucessivos governos de Cabo Verde, pós-independência.

Em relação a esperança de vida das caboverdianas, elas vivem em média 71 anos, enquanto os homens tem uma expectativa média de 65,5 anos de vida. O índice de esperança de vida é o melhor de toda África Extremo-Occidental: 0,720 (homens) e 0,727 (mulheres). Serra Leoa é possuidora da pior esperança de vida, 39 anos para as mulheres e 36 anos para os homens. O Japão, em termos mundiais, possui a melhor expectativa de vida: 77 anos (homens) e 83 anos (mulheres).

É importante frisar que em muitos países, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998, a esperança de vida está em declínio, situação que se liga diretamente ao

agravamento do vírus HIV/AIDS. Estima-se que ocorram 16 mil contágios por dia no mundo inteiro, 90% dos quais em países em desenvolvimento. Esse é o caso de Serra Leoa, Libéria e Guiné.

As guerras civis também contribuem para a redução da expectativa de vida, isso pode ser observado na Guiné-Bissau, Libéria, Serra Leoa e Senegal, que na década de 90 enfrentavam desde conflitos internos como entre países (disputa da Guiné-Bissau e Senegal pelo domínio da região de Casamansa).

4.2.4. Índice do requisito D: o IDA

Para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA), foram adotados os seguintes indicadores: nível de emissão de dióxido de carbono, grau de acesso da população à água encanada e acesso à saneamento básico.

A metodologia para estabelecer o índice de desenvolvimento ambiental foi a mesma do índice de desenvolvimento social. O resultado mostra a classificação de Cabo Verde e dos demais países da África Extremo-Occidental em relação ao pior e o melhor país do mundo quanto ao indicador considerado. O resultado também pode variar de zero a um, sendo melhor a condição social quanto maior for o valor do índice obtido. Os dados coletados para os indicadores são relativos ao ano de 1998. O Quadro 10, abaixo, sintetiza os indicadores adotados e os índices que resultaram no índice de desenvolvimento ambiental caboverdiano.

Quadro 10: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Ambiental em 1998 (Cabo Verde x Melhor e Pior do Mundo)

Indicadores	Índices
Emissão de dióxido de carbono	
• Emissão	0,983
Acesso a água	
• Água	0,388
Saneamento	
• Saneamento	0,289
IDA	0,553
IDSA - (IDS+IDA)/2	0,566

Fonte: Relatório da PNUD de Cabo Verde e GEP/Ministério da Saúde de Cabo Verde

A seguir temos o Quadro 11, onde estão os indicadores adotados para o índice de desenvolvimento ambiental (IDA) e que juntamente com o índice de desenvolvimento social, depois irão formar o índice de desenvolvimento social e ambiental (IDSA) dos demais países da África Extremo-Occidental (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa) para o ano de 1998.

Quadro 11: Comportamento dos Índices de Desenvolvimento Ambiental em 1998 (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa x Melhor e Pior do Mundo)

Variável	GÂMBIA	GUINÉ	GUINÉ-BISSAU	LIBÉRIA	SENEGAL	SERRA LEOA
Emissão de Dióxido de Carbono (metro p/ton)	0,989	0,989	0,989	0,989	0,977	0,994
Acesso à água encanada (%)	0,041	0,112	0,143	0,031	0,082	0
Acesso à saneamento (%)	0,01	0,096	0,076	0,005	0,066	0
IDA	0,347	0,399	0,403	0,341	0,375	0,331
IDSA	0,262	0,288	0,292	0,28	0,36	0,176

Fonte: Relatório da PNUD

A partir dos Quadros 10 e 11 (veja também Anexo E) podemos fazer uma análise geral de Cabo Verde quanto aos países da sua região e seu desempenho em nível mundial para o período em questão.

Assim sendo, os dados demonstram que a emissão de dióxido de carbono em Cabo Verde, foi de 0,3 metros por tonelada e seu índice de emissão corresponde a 0,983. O pior dado de emissão de dióxido de carbono na África Extremo-Occidental pertence ao Senegal: 0,4 metros por tonelada. Em nível mundial o pior dado pertence a Austrália (17,5 metros por tonelada) e o melhor ao Chade, 0% (zero por cento).

Quanto ao acesso à água encanada, 40% da população caboverdiana tinha acesso a mesma. O segundo melhor dado da África Extremo-Occidental pertence a Guiné-Bissau (16%) e o pior a Serra Leoa (2,0%). Em termos mundiais, a Holanda possui a melhor cobertura: 100% dos holandeses são beneficiados. O índice de acesso à água encanada em Cabo Verde alcançou o valor de 0,388.

O acesso à saneamento básico em Cabo Verde atende 30% da população, na Guiné, 11% e em Serra Leoa, 1,5%. A Holanda fornece este serviço a 100% de sua população. O índice de saneamento básico caboverdiano corresponde a 0,289.

O índice de desenvolvimento ambiental foi 0,553, o que demonstra um ótimo desempenho da sociedade caboverdiana no que se refere as condições do meio ambiente, se comparado aos demais países da África Extremo-Occidental, ou seja, Cabo Verde tem um bom índice de desenvolvimento em nível local e em nível mundial. O mesmo se reflete para o índice de desenvolvimento social e ambiental (IDSA), sendo que a soma dos requisitos C e D (dos quais o IDSA é resultante), alcançou o valor 0,566.

4.3. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE, SOB A ÓTICA SCHUMPETERIANA

A avaliação do desenvolvimento econômico e sustentável em Cabo Verde parte de uma análise dos principais acontecimentos no país. Assim, no início dos anos 90, foi estabelecida como prioridade nacional a melhoria da alimentação, da vida e saúde, da educação e alojamento, dos rendimentos, do lazer e cultura, da segurança, ou seja, procurou-se criar melhores oportunidades de alcançar o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade caboverdiana.

Como resultados do forte investimento na área social, invertendo a tendência de redução que se desenhava no final da década de oitenta. Assim, as despesas sociais passaram a representar mais de 40% das despesas públicas totais caboverdianas (o dobro das recomendações internacionais), com destaque para a educação e a saúde.

Houve também um esforço enorme na infra-estrutura e na modernização econômica e social do país. Só em obras públicas - aeroportos, portos, estradas, habitação, saneamento, escolas, estabelecimentos de saúde e outras - foram gastos mais de US\$ 144 milhões nos últimos cinco anos; na eletrificação foram mais US\$ 25.600,00; nas telecomunicações US\$ 53.600,00. O país passou a ser servido de infra-estruturas e equipamentos em todos os domínios, o mercado interno mais unificado e as vocações das ilhas no campo interno e externo mais potenciadas. Isso significa em nível nacional, os seguintes feitos, realizados no período de 1990 a 2000:

- todas as ilhas passaram a dispor de um porto acostável e o Porto Grande de São Vicente foi profundamente ampliado, remodelado e modernizado;
- na cidade da Praia (Santiago) um cais de pesca e um entreposto frigorífico, para apoio às pescarias na zona sul do país;

- nas ilhas da Brava, Maio, São Nicolau, Sal, Boa Vista e nos concelhos de Santiago, foram construídas, instaladas, recuperadas ou adquiridas várias unidades de apoio aos pescadores artesanais e às peixeiras (centros técnicos-sociais, unidades de fabrico de gelo);
- a cidade de São Filipe (Fogo), começou a receber aviões ATR pela primeira vez na sua história; Praia e São Vicente possuem aeroportos para aviões de médio curso;
- Santiago, Maio, Fogo, Brava, São Antão, São Vicente e São Nicolau passaram a dispor de novas e importantes estradas e redes viárias;
- durante a década de 90, foram instalados dessalinizadores na Praia (Santiago), no Maio, em São Vicente, no Sal e na Boa Vista; dessalinizadores privados funcionam na Praia e em São Domingos. A capacidade de dessalinização aumentou 4100 m³/dia desde 1995;
- Tarrafal, Santa Cruz, São Filipe e Mosteiros passaram a ser atendidos por uma rede de abastecimento de água e foram melhoradas as condições de abastecimento de Santa Catarina, de São Domingos e de São Miguel;
- a cobertura elétrica do país - que era de 25% em 1990 - aumentou para 61% em 2000, beneficiando todas as ilhas e englobando as comunidades rurais e urbanas tendo em vista elevar a qualidade de vida das pessoas e abrir outras possibilidades e opções às iniciativas empresariais locais, nacionais e/ou estrangeiras. Foram eletrificadas 85 novas localidades, estando em curso a eletrificação de mais 17;
- de 95 para o presente, o parque telefónico cresceu de 21.500 para mais de 50.000 telefones fixos, de 0 para 12.300 telefones móveis GSM e de 0 para 2022

ligações à Internet. O número de telefones fixos por 100 habitantes passou de 5,9 para 11,5, ou seja duplicou; a taxa de digitalização cresceu, situando-se hoje em 88% para a rede local, 99,4% para a rede interurbana e 100% para a rede internacional; a lista de espera diminui de 11.000 para 6.000; todos os índices de qualidade do serviço melhoraram; as ilhas estão ligadas por fibra ótica e securizadas via satélite. Cabo Verde está ligado ao cabo submarino internacional de fibra ótica Atlantis 2 e faz parte da lista dos vinte primeiros pontos de amarração do cabo OXIGEN;

- o país dispunha em 2000 de 250 novas salas de aula para o ensino básico, bem como de liceus em todos os concelhos; de 2 escolas técnicas na Praia, uma em Santa Catarina e outra no Porto Novo; e de 3 Lares de Estudantes em São Vicente e 2 na Praia (um em Santa Catarina e um no Porto Novo);
- Cabo Verde dispunha também, no mesmo período, de cerca de 100 novas unidades de saúde básica (USB) em todos os concelhos e de centros de saúde ou instalações hospitalares melhores e melhor equipadas, na Praia, em Santa Cruz, em São Vicente, em São Nicolau(2), em Santo Antão (4) e no Fogo;
- em 2000, o aeroporto internacional do Sal recebeu investimentos da ordem de US\$ 80 mil, que o modernizarão e o tornarão em breve mais operacional;
- no mesmo período foi instalado um cais flutuante, como experiência piloto, na Ribeira da Barca;
- com as recentes inaugurações de sistemas de abastecimento em São Francisco/Portete, Porto Madeira, Cutelo Gomes, Ribeira da Barca, Mato Brasil e Achada Fazenda, a meta do plano em termos de abastecimento de água às zonas rurais foi atingida ou mesmo ultrapassada;

- o vasto programa de saneamento básico e de abastecimento em água potável, já em curso (Santo Antão, Santiago, São Nicolau, Fogo, São Vicente, Sal e Boa Vista), cobre todos os centros urbanos do país, principais e secundários, e garantirá, quando concluído uma adequada resposta à produção, transporte e distribuição de água, e permitirá a todos os residentes desses centros, particularmente aos mais pobres, ter acesso real à água potável;
- encontra-se também em curso a expansão dos três parques eólicos (Praia, São Vicente e Sal), uma expansão que, até 2003 vai aumentar a capacidade eólica instalada de 2,4 MW para 10,2 MW, passando a taxa de penetração dessa energia não convencional de 7% para 20%.

Em relação a situação financeira do país, esta manteve-se estável e equilibrada ao longo do ano de 1999 e do primeiro trimestre do ano de 2000, com evolução favorável, quanto a receitas arrecadadas, despesas liquidadas, investimentos públicos e saldo global. O mesmo verificou-se na economia monetária e cambial, com destaque para a queda acentuada da inflação. Esta queda na taxa de inflação provém da estabilidade de preços. Assim, desde 1991, a tendência tem sido sempre para a baixa da inflação. Mas, há cerca de doze meses que essa tendência se acentuou, constatando-se uma queda sustentada da taxa de inflação, mês a mês até aos mínimos históricos de -2,7% para a variação homóloga, alcançada em junho de 2000.

Sobre a evolução das contas externas, temos que esta continuou prejudicada por um forte acréscimo das importações de bens e serviços, por uma evolução lenta das transferências, com atraso dos donativos e uma redução das reservas cambiais, consequência dos dois anteriores fatores e do esforço, conseguido, de eliminação dos atrasados comerciais.

Todavia, existem elementos positivos compensadores, como os do comportamento da balança de serviços, do aumento das remessas de emigrantes, do investimento externo (ou seja das transferências privadas). Foi previsto que as remessas de emigrantes que subiram 35% nos últimos três anos, atingiriam em 2000 um novo máximo anual, continuando a beneficiar

da alta do dólar, da estabilidade cambial do escudo reforçada pela paridade fixa ao euro e do momento econômico dos países de acolhimento (países onde vivem as comunidades caboverdianas emigradas: Portugal, Holanda, EUA, Itália, França, entre outros). Um outro fator positivo é a evolução das exportações que acusavam nos primeiros três meses do período citado (2000), valores significativos prenunciando um resultado final claramente superior ao dos anos anteriores.

Apesar de mais de trinta anos de seca, a agricultura de regadio modernizou-se, expandiu-se e tornou-se mais produtiva, graças à introdução de novas tecnologias como a micro-irrigação e de sementes melhoradas, bem como à produção de plantas *in vitro*, sendo forte o interesse da iniciativa privada na gestão integrada de bacias hidrográficas, na fruticultura, na viticultura, na cafeicultura e na pecuária. A produção hortícola cresceu 206% entre 95 e 99. Segundo dados estudados, no ano de 1999, estimou-se que uma unidade de produção familiar de 2.000 m² poderia gerar um rendimento médio de US\$ 800,00/mês.

Cabo Verde, em 10 anos, tornou-se praticamente auto-suficiente em frescos e legumes, carnes e ovos. E, com o aumento do número de barcos motorizados, a pesca cresceu e com ela, o consumo de peixe *per capita* (em 1990 o consumo *per capita* caboverdiano era de 14,6 kg, já no ano de 1999 era de 23,4 kg). Além disso, o país exportou mais pescado.

A conjugação de políticas na atração do investimento externo, na educação e formação profissional dos jovens e no desenvolvimento do setor privado nacional acabou por surtir o efeito de criação do emprego sustentável a prazo. A validade desses dados pode ser confirmada e reforçada pelos seguintes indicadores:

- a) **o número de empresas**, que passou de 2182 para mais de 9200, de 90 a 99. Em especial, as empresas industriais*, que eram apenas 41 em 1991 são hoje cerca de 350. Essas empresas geraram mais trabalho para os caboverdianos: só nas empresas industriais, o emprego que em 1991 era de 1300 postos, passou para 9500 postos de trabalho em 2000. O Quadro 12, abaixo, resume a evolução no

período de 1990 à 2000 do número de empresas, empresas industriais e postos de trabalho em Cabo Verde:

Quadro 12: Número total de empresas, de empresas industriais e de postos de trabalhos gerados pelas empresas industriais em Cabo Verde de 1990 à 2000

Ano	n.º empresas	n.º empresas industriais	n.º postos trabalhos gerados emp. industriais
1990	2182	25	1050
1991	2690	41	1300
1992	3440	75	1850
1993	4340	116	2400
1994	4990	130	2755
1995	5670	150	3200
1996	6495	182	4890
1997	7445	230	6015
1998	8045	276	7850
1999	8940	318	8900
2000	9250	348	9500

Fonte: www.governo.cv e elaboração da autora

- b) a dinâmica do investimento externo:** de 1994 a 1999 foram aprovados 144 projetos de investimento externo, no valor de cerca de US\$ 480 milhões. Desses, estavam em andamento 68 projetos no valor de US\$ 188 milhões gerando 3290 empregos diretos, sobretudo na indústria e no turismo; em investimento estavam 26 projetos - muitos já em operação - no valor de US\$ 215 milhões, gerando mais 2100 postos de trabalho. Em 2000 foram aprovados mais 11 projetos, no valor de US\$ 49 milhões, e com previsão de gerarem 460 novos empregos;
- c) os dados da previdência social:** entre 1996 e 1999, o número de trabalhadores segurados mais que duplicou, passando de 16.000 para cerca de 34000. De 97 a junho de 2000, o número de empresas contribuintes passou de 1636 para 3351, mais do que duplicando, destacando-se as empresas privadas, que representaram cerca de 70% do total.

Cabo Verde, assistiu pela primeira vez na sua história, o aparecimento de postos de trabalho provocado essencialmente pelo esforço de acumulação e investimento local, tanto de nacionais como de estrangeiros.

A nação caboverdiana conseguiu enfrentar com sucesso os desafios do país, fazer reformas profundas, mas ao mesmo tempo, poupando-o à instabilidade política e às perdas de rendimento pessoal que mostraram ser regra nos processos de democratização e nas economias de transição em outras paragens. Cabo Verde teve governos que duraram uma legislatura completa e nunca teve anos de crescimento zero ou negativo. Pelo contrário, de 1990 a 2000, o PIB nominal cresceu ano após ano, de cerca de US\$ 328 milhões para cerca de US\$ 660 milhões, acelerando a partir de 95.

Os resultados da opção de desenvolvimento e das políticas económica e social, adotadas na década de 90, em Cabo Verde, refletem-se diretamente na evolução do indicador de desenvolvimento humano. Este indicador, utilizado pelo PNUD para classificar o nível de desenvolvimento humano de 174 países de todos os continentes, constitui uma síntese dos resultados obtidos por cada país se refere à esperança de vida, em nível educacional e de vida geral das populações.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde, num período de dez anos passou de 0,428 para 0,688. Decorre desses dados o seguinte:

1º. No final da década de oitenta, Cabo Verde fazia parte do grupo dos países com fraco desenvolvimento humano (índice inferior a 0,50). A partir do Relatório de 1995, passou a fazer parte do conjunto dos países com desenvolvimento humano médio, subindo na respectiva escala e situando-se no segundo terço desse conjunto de países (os dados de 1999 dão a Cabo Verde o IDH de 0,708);

2º. Cabo Verde subiu na escala, passando da posição de 114ª em 1990, 105ª em 1998 e para a 91ª em 1999, em termos de desenvolvimento humano, no conjunto 1999 de 174 países considerados.

O mesmo indicador colocou Cabo Verde, em 1998, na 4ª posição geral da África sub-sahariana, logo depois das Seychelles, Maurícias e África do Sul, e na 6ª posição de toda a África.

De igual modo, o índice de pobreza humana, também determinado pelo PNUD, e que se baseia na duração de vida, no acesso à educação, à saúde e ao saneamento básico, situa-se em 22%, e colocou Cabo Verde (1998) na 37ª posição, num conjunto de 85 países em desenvolvimento.

É preciso salientar, porém, que os progressos do desenvolvimento humano em Cabo Verde, se concretizaram na década de 90, num contexto altamente desfavorável, em que a ajuda externa diminuiu, e em que as possibilidades de emigração foram drasticamente reduzidas, contrariamente ao que aconteceu na década de oitenta. Apesar destes elementos negativos, nesses dez anos foi possível melhorar de forma significativa o nível de desenvolvimento humano da generalidade dos caboverdianos.

A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (apresentada no Capítulo III) e a hipótese levantada no Capítulo I, no presente estudo de caso (Cabo Verde), puderam apenas ser explicitadas por dados que sugerem a existência de inovações segundo a lógica schumpeteriana; entretanto não existe um trabalho oficial sobre a evolução caboverdiana em termos tecnológicos, financeiros e econômicos, mesmo assim, a análise acima resulta num produto que representa um caminho para o futuro do país, tanto em termos de desenvolvimento econômico quanto sustentável.

Finalizando, Cabo Verde em 2000, tinha um ótimo desenvolvimento social e ambiental em nível local e, em nível mundial possuía um grau de desenvolvimento médio, nesta esfera vem melhorando seus indicadores ano após ano, segundo o que pode ser constatado nos Relatórios da PNUD. A criação de políticas que favorecem o desenvolvimento de toda sociedade caboverdiana é um exemplo deste desempenho.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Primeiramente, é preciso deixar bem claro que este trabalho para ser concretizado encontrou vários problemas, dentre os quais, os relativos aos dados para fundamentar mais solidamente a pesquisa. Por isso, seria interessante a criação de um banco de dados em Cabo Verde para facilitar futuras pesquisas. Outro fator que prejudicou o trabalho, foi a escassa publicação de artigos sobre a evolução econômica, financeira e tecnológica caboverdianas, o que fez com que as conclusões a respeito não fossem tão claras. Mesmo assim, foi possível vislumbrar os avanços do país.

Confirmou-se a hipótese levantada no Capítulo I, ou seja, Cabo Verde é o país mais desenvolvido de toda a África Extremo-Occidental, o que só vem a ressaltar sua classificação pela PNUD como “país de desenvolvimento humano médio”, enquanto os demais países estão classificados como “países de desenvolvimento humano baixo”.

Apesar dos problemas enfrentados, o país conheceu um desenvolvimento significativo alinhado sempre com a tentativa da manutenção da estabilidade política, econômica e social, especialmente na década de 90.

Exemplos desse esforço de transformação da sociedade caboverdiana são a busca constante de inovação das técnicas industriais e agrícolas; a implantação de indústrias nacionais e estrangeiras; a melhoria dos transportes aéreos, marítimos e da malha viária; a instalação de sistemas que garantiram melhor acesso à água encanada e ao saneamento básico; a redução da taxa de mortalidade infantil; a queda na taxa de analfabetismo; a redução da taxa de inflação; e a estabilidade dos preços e da moeda, entre outros.

Todavia, Cabo Verde tem ainda muitos desafios a enfrentar. É preciso diversificar e expandir as exportações para garantir a continuidade do desenvolvimento observado nos anos 90 (quando ocorreu aumento da atividade produtiva, queda no desemprego, aceleração da taxa

de crescimento, dentre outros avanços). Para isso, desde que fossem adotadas políticas de formação apropriadas e mantido o equilíbrio econômico, o país poderá exportar serviços, orientando os investimentos privados (nacionais e estrangeiros) para este setor e ao mesmo tempo, com uma visão clara da integração caboverdiana na rede da “nova economia”- baseada na internet e nas tecnologias de informação, o que geraria, assim, novos postos de trabalho.

Um exemplo disso, seria a orientação do turismo para a capacitação dos profissionais desta atividade, isto é, formação profissional voltada para o aprendizado de idiomas, aulas de culinária, etiqueta, etc.

O país também precisa dar continuidade as políticas sociais, que ao longo da década de 90, criaram condições para reduzir e/ou minimizar os efeitos da desigualdade entre ricos e pobres. O assistencialismo aos mais necessitados é válido, enquanto forma de combate à pobreza, mas não é fator suficiente ou relevante para dar cabo da mesma. Assim, o aparelho produtivo deve ser reconfigurado para absorver os indivíduos por ele excluídos.

Cabo Verde, enquanto Nação, não deve satisfazer-se apenas com o fato de ter o quarto melhor índice de desenvolvimento humano da África sub-sahariana e o sexto de toda África, mas deve, sim, continuar lutando pela melhoria global de sua sociedade, por melhores condições de vida, pelo desenvolvimento do país, quiçá alcançando ou superando o desenvolvimento observado nas Ilhas Canárias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril S.A, números de 1985 a 2001.

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria Luiza. **Para entender as economias do Terceiro Mundo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CABO VERDE. http://nucc.pucsp.br/~umuaru/docs/cabo_verde/

COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio e. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6ª ed. Porto: Porto Editora.

DIÁRIO CATARINENSE. **Os números da fome**. 11/07/01. Florianópolis-SC. p.5

FARAH, Paulo Daniel. **África tenta lançar integração regional**. Folha de São Paulo, São Paulo, 12/07/01. Folha Mundo p. A 11, 2001.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Industrialização e ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica**. Florianópolis: UFSC, 1994. Tese de mestrado em Geografia.

-----, **IDSa: um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental**. Textos Socioeconômicos. Florianópolis: UFSC, março de 2000(reimpressão).

RELATÓRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). números de 1985 a 2001.

RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), números de 1985 a 2001.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **O índice do desenvolvimento social.** Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas, V.45, n.º 1, janeiro de 1991.

----- **O índice de desenvolvimento social(IDS).** Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas, V.47, n.º 2, fevereiro de 1993.

SANDRONI, Paulo(org.). **Novo Dicionário de Economia.** 5ª ed. São Paulo: Best Seller, 1994. p. 318-319.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.(Os Economistas).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

www.cplp.org/

www.geocities.com/nusilva/

www.jocum.org.br/africa/cabo_verde

www.undp.org.br/hdro

ANEXOS

ANEXO A

Cálculo da Renda Per Capita de 1985-2000; dos Números-Índices do PIB, da POP e da Renda Per Capita (1991=100); da Taxa de Crescimento da Renda Per Capita (%) e Desempenho Econômico Caboverdiano de 1986-2000

CABO VERDE

Ano	PIB (US\$milhões)	POP (mil)	Yper capita	PIB (1991=100)	POP (1991=100)	Yper capita (1991=100)	Tx Cresc. Yper capita (%)	Desempenho Económico
1985	179000000	307000	583,0619	51,8841	87,7143	59,1512	-----	-----
1986	193000000	309000	624,5955	55,9420	88,2857	63,3648	7,1234	ótimo
1987	225000000	312000	721,1538	65,2174	89,1429	73,1605	15,4593	ótimo
1988	265000000	321000	825,5452	76,8116	91,7143	83,7510	14,4756	ótimo
1989	295000000	330000	893,9394	85,5072	94,2857	90,6895	8,2847	ótimo
1990	328000000	341000	961,8768	95,0725	97,4286	97,5817	7,5998	ótimo
1991	345000000	350000	985,7143	100,0000	100,0000	100,0000	2,4782	regular
1992	385000000	360000	1069,4444	111,5942	102,8571	108,4944	8,4944	ótimo
1993	415000000	370000	1121,6216	120,2899	105,7143	113,7877	4,8789	bom
1994	440000000	381000	1154,8556	127,5362	108,8571	117,1593	2,9630	regular
1995	470000000	388000	1211,3402	136,2319	110,8571	122,8896	4,8910	bom
1996	495000000	398000	1243,7186	143,4783	113,7143	126,1744	2,6729	regular
1997	535000000	406000	1317,7340	155,0725	116,0000	133,6832	5,9511	bom
1998	578000000	417000	1386,0911	167,5362	119,1429	140,6179	5,1875	bom
1999	620000000	424000	1462,2642	179,7101	121,1429	148,3456	5,4955	bom
2000	660000000	430000	1534,8837	191,3043	122,8571	155,7128	4,9662	bom

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde

Relatórios da FAO

Relatórios da PNUD

Almanaque Abril

www.ine.cv

www.governo.cv

ANEXO B

Cálculo do Coeficiente de Gini para os anos de 1985 e 1998

1985

Classes de Renda (US\$mensal)	POP acima de 10 anos	Rendimento médio anual (US\$)	Rendimento médio da POP	X = % da POP	Y = % do Rendimento	Xi	Yi	W = Xi - (Xi - 1)	Z = Yi + (Yi - 1)	W * Z
100 - 200	52502	1200	63002400	51,9806	23,2346	0,5198	0,2323	0,5198	0,2323	0,120774867
200 - 300	24424	3000	73272000	24,1815	27,0219	0,7616	0,5026	0,2418	0,7349	0,177712165
300 - 500	16678	4800	80054400	16,5124	29,5232	0,9267	0,7978	0,1651	1,3004	0,214720665
500 - 1000	4393	6000	26358000	4,3494	9,7205	0,9702	0,8950	0,0435	1,6928	0,073626181
1000 - 2000	2006	8500	17051000	1,9861	6,2882	0,9901	0,9579	0,0199	1,8529	0,036799799
mais de 2000	1000	11420	11420000	0,9901	4,2116	1,0000	1,0000	0,0099	1,9579	0,019384417
Total	101003	34920	271157800	100,0000	100,0000					0,3570

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde

www.ine.cv
www.governo.cv

1998

Classes de Renda (US\$mensal)	POP acima de 10 anos	Rendimento médio anual (US\$)	Rendimento médio da POP	X = % da POP	Y = % do Rendimento	Xi	Yi	W = Xi - (Xi - 1)	Z = Yi + (Yi - 1)	W * Z
100 - 200	53250	980	52185000	31,8448	13,6143	0,3184	0,1361	0,3184	0,1361	0,043354622
200 - 300	50630	1500	75945000	30,2780	19,8130	0,6212	0,3343	0,3028	0,4704	0,142432759
300 - 500	36980	3150	116487000	22,1150	30,3898	0,8424	0,6382	0,2211	0,9724	0,215055803
500 - 1000	18525	4300	79657500	11,0784	20,7815	0,9532	0,8460	0,1108	1,4842	0,164421181
1000 - 2000	5300	6636	35170800	3,1695	9,1756	0,9849	0,9377	0,0317	1,7837	0,056535876
mais de 2000	2532	9425	23864100	1,5142	6,2258	1,0000	1,0000	0,0151	1,9377	0,029341291
Total	167217	25991	383309400	100,0000	100,0000					0,3489

Fonte: Relatório da PNUD de Cabo Verde

www.ine.cv
www.governo.cv

ANEXO C

Dados do Cálculo do Coeficiente de Gini (1985 e 1998) para a Figura 4

1985		1998		1985		1998	
Xi	Yi	Xi	Yi	Xi	Yi	Xi	Yi
0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0	0	0	0
0,5198	0,2323	0,3184	0,1361	51,9806	23,2346	31,8448	13,6143
0,7616	0,5026	0,6212	0,3343	76,1621	50,2565	62,1229	33,4273
0,9267	0,7978	0,8424	0,6382	92,6745	79,7797	84,2378	63,8171
0,9702	0,8950	0,9532	0,8460	97,0239	89,5002	95,3163	84,5986
0,9901	0,9579	0,9849	0,9377	99,0099	95,7884	98,4858	93,7742
1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000

Reta de distribuição igualitária da renda

0	0
100	100

ANEXO D

Dados para cálculo do Índice de Desenvolvimento Social - 1998

País (melhor e Pior)	Mortalidade Infantil	Grau Instrução (%)		Analfabetismo (%)		Esperança de Vida	
		Primário	Secundário	Homem	Mulher	Homem	Mulher
CABO VERDE	56	45	18	19,8	35,2	65,5	71
GÂMBIA	122	16	8	55	82,5	45	49
GUINÉ	124	22	12	60,3	84	46	47
GUINÉ-BISSAU	130	19	13	53,5	76,7	43,5	46,5
LIBÉRIA	116	15	9	47,6	69,9	46	48,5
SENEGAL	63	48	20	54,1	74,4	50,5	54
SERRA LEOA	170	8	3	67,8	87,5	36	39
JAPAO	4	100	-	-	-	77	83
BÉLGICA	-	-	98	-	-	-	-
POLÔNIA	-	-	-	0	0	-	-
NIGER	-	-	-	75,8	91,1	-	-

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde
Relatórios da PNUD
GEP/Ministério da Saúde de Cabo Verde
GED/Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desportos de Cabo Verde

Índice do Indicador

=

Indicador do País Estudado - Indicador do Pior País

Indicador do Melhor País - Indicador do Pior País

ANEXO E

Dados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Ambiental - 1998
e Dados para o do Índice de Desenvolvimento Social e Ambiental - 1998

País (melhor e Pior)	Emissão de Dióxido de Carbino (metro p/ton)	Acesso à água encanada (%)	Acesso à saneamento (%)
CABO VERDE	0,3	40	30
GÂMBIA	0,2	6	2,5
GUINÉ	0,2	13	11
GUINÉ-BISSAU	0,2	16	9
LIBÉRIA	0,2	5	2
SENEGAL	0,4	10	8
SERRA LEOA	0,1	2	1,5
AUSTRÁLIA	17,5	-	-
CHADE	0	-	-
HOLANDA	-	100	100

Fonte: Relatórios da PNUD de Cabo Verde
Relatórios da PNUD
GEP/Ministério da Saúde de Cabo Verde

Índice do Indicador =
$$\frac{\text{Indicador do País Estudado} - \text{Indicador do Pior País}}{\text{Indicador do Melhor País} - \text{Indicador do Pior País}}$$